

Quem Fará A Mediação?: Estudo e problematização da produção acadêmica do Grupo Trabalho e Educação da Anped

Então, quando a gente toma o trabalho sobre uma dimensão histórica específica encontra mais negatividade, mas, quando eu analiso a dimensão ontológica do trabalho ligado ao ser humano que não é redutível a essa forma histórica (...) não posso concluir que o trabalho não possa ser tratado como princípio educativo, ele é educativo mesmo deseducativo, ele é educativo na sua deseducação, mas não é pura negatividade, porque, se ele fosse pura negatividade, a contradição desapareceria e estaríamos na teologia e não na história, [ou] a história se engessaria. Hoje aparece esse debate, esse debate não está posto, nós devemos este debate à área. (Gaudêncio Frigotto)

4.1- Introdução: o que está oblíquo?

Este capítulo analisa a produção do grupo acadêmico, o Grupo de Trabalho nº 9, *Trabalho e Educação* (GTTE), da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). A intenção primeira é apreender, na leitura dos trabalhos desse GT, o que é recorrente, singular, consensual; mas, também, o contraditório, apologético, aporético⁴¹, etc. Destarte, trata-se de um estudo que procura apreender as escolhas da produção do GT em relação aos que seriam seus “domínios consagrados” e suas principais características.

As fontes deste estudo estão constituídas pelos trabalhos desse GT das Reuniões Anuais (RAs) da Anped 18^a (1995) a 27^a (2004), disponibilizados em *CD-ROM* pela própria associação em seu escritório. Ao todo, foram lidos e fichados 132 textos retirados dos CDs⁴².

⁴¹ Relativo à ou ao que contém aporia; inclinado a dúvidas; céptico. Etimologia gr. *aporetikós, ê, on* 'dubitativo, duvidoso', do v. *aporéó* 'estar embaraçado para julgar'. (DICIONÁRIO HOUAIS, 2005)

⁴² O total de trabalhos disponíveis nos anais da Anped foi de 177, incluindo os trabalhos encomendados. Houve trabalhos nos CDs que não estavam disponibilizados ou continham problemas no acesso (eletrônico); não obstante o número de trabalhos estudados (132) parece suficiente, na medida em que representa cerca de 75% da totalidade dos trabalhos. (cf. anexo1)

4.1.1 As categorias de análise

O movimento de análise que se seguirá não tomará um ou alguns documentos individualmente. Na verdade, a intenção é fazer um estudo longitudinal dos textos, sem focalizar algum deles mais especificamente, ou seja, pretende-se fazer um estudo que consiga “enxergar a floresta apesar das árvores”⁴³. Ainda que se retirem trechos de alguns dos trabalhos, a idéia é constituir estritamente uma interpretação do texto produzido pelo “autor institucional”, que é o GTTE. Procuramos entender o “texto longitudinal” como resultado de uma leitura que consegue captar conexões possíveis entre os diferentes textos (as partes) propiciadas por algum plano/alguma base em comum, de modo que *todos esses diferentes textos podem [possam] ser vistos como um corpo textual a ser investigado em termos de sua própria coerência*. (ECO, 1997, p. 164). Consideramos o GTTE um “autor institucional” produtor de um determinado texto, que não é simplesmente a soma dos autores individuais do GT, ainda que resulte deles, mas sim um “autor” que ganha contornos e especificidades próprias. A análise não toma um trabalho por vez, procura evitar uma interpretação fragmentada de um documento e entende que cada texto representa dentro do GT um momento mais amplo da pesquisa na área de trabalho e educação. Destarte, a análise propõe-se a tomar os documentos na totalidade do GTTE, levando em conta o movimento de continuidade e ruptura que realizam entre si. Entre outros desafios metodológicos, não há como saber/medir como estes documentos/trabalhos foram recebidos no GT, o que inegavelmente seria um dado muito interessante, pois permitiria apreender as tendências, os jogos políticos, a acolhida, o rechaço do grupo, etc. Porém, isso não é possível e nem é o escopo deste capítulo. A análise aqui apresentada é sobre aquilo que fica registrado nos anais. Ainda que tomadas essas precauções, vale trazer a contribuição de Kosik (1976, p.141):

Na grande maioria dos textos chegados até nós, reportamo-nos ao próprio texto e nem sempre há suficientes informações sobre as opiniões subjetivas dos autores. (...) O texto, porém, pode dizer alguma coisa diferente dos testemunhos [a opinião subjetiva dos autores]: pode dizer mais, ou menos, a intenção pode não se ter realizado ou ter sido ultrapassada, e no texto (na obra) há *mais* do que o autor pretendia.

⁴³ Do ditado da língua inglesa: “não deixar de enxergar a floresta por causa das árvores” – *Fail (no to be able) to see the wood for the trees*.

Quer dizer, podemos apreender do texto elementos outros que não estavam na intenção do seu próprio autor. Para Kosik, todo texto tem seu “*elemento específico*” (KOSIK, 1976, p. 144), isto é, a intenção principal do autor, seja o texto literário ou acadêmico. No texto acadêmico, ou melhor, científico, o *elemento específico* tem que ser ainda mais preciso, porque pressupõe menos abertura a variadas interpretações do que um texto literário. Kosik nos possibilita uma outra forma de análise, que não estaria assentada no elemento específico de cada texto, mas nos outros elementos, que poderíamos considerar marginais ao texto⁴⁴. Quer dizer, nossa forma de análise busca no conjunto da produção do GTTE aspectos comuns aos textos particulares e não exatamente o *elemento específico* de cada um desses textos, mas os elementos que, por serem recorrentes, ressoantes em vários momentos, acabam dando ao texto longitudinal do GTTE contornos diferentes (talvez novos) em relação aos textos particulares. É a isso que estamos chamando de análise longitudinal dos textos.

O estudo deste capítulo opta por tomar os documentos do GTTE e o diálogo que fazem com os autores e obras reconhecidas pelo próprio GT ou pela área de Trabalho e Educação – TE (no caso, preponderadamente marxista). Essa análise se caracteriza como sendo “imane[n]te”⁴⁵, o que significa apreender o objeto de estudo no que lhe seja peculiar, em seus próprios textos, em seus principais “autores-referência”, em sua própria literatura, em seus próprios argumentos. Bourdieu também propõe este tipo de análise: *se você deseja triunfar sobre um matemático, é preciso fazê-lo matematicamente pela demonstração ou refutação.* (2004, p. 34)

Assim, o texto é o ponto de partida da interpretação. *A interpretação parte do texto para retornar a ele, isto é, explicá-lo* (KOSIK, 1976, p.141). Isso significa que as “contradições” procuradas na interpretação da produção do GTTE vêm da

⁴⁴ (...) o texto pode desenvolver e desempenhar várias funções nas quais o seu elemento específico não está presente. Pode-se examinar e apreciar os dramas históricos de Shakespeare como testemunhos do seu tempo. (...) Pode-se incluir na história das ideologias dramas, poesias, romances e novelas, abstrair-se da especificidade do seu gênero e examiná-los exclusivamente como manifestações de concepções do mundo. A todos estes modos de proceder é comum o fato de que suprimem ou desprezam a especificidade do texto como obra lírica, ou como romance, novela tragédia, poema épico etc. (KOSIK, 1976, p. 144)

⁴⁵ Do dicionário: a) adjetivo de dois gêneros: que está inseparavelmente contido ou implicado na natureza de um ser, ou de um conjunto de seres, de uma experiência ou de um conceito; b) Rubrica: filosofia. que produz um efeito no interior de si, na alma, e não em qualquer realidade externa ou material. (DICIONÁRIO HOUAISS, 2005)

investigação da perspectiva teórica que o próprio GT dialoga e valoriza. “*Contradições*” sendo entendidas como *inconsistências lógicas ou anomalias teóricas intra-discursivas* (BOTTOMORE, 2001, p. 80). Quer dizer, das várias possibilidades de se apreender a “contradição”, a opção aqui está assentada sobretudo nas inconsistências, incoerências entre a expectativa exposta pelos próprios autores-pesquisador em seus textos e o resultado esperado.

Outras definições importantes, como “trabalhos ou textos teóricos”, “trabalhos ou textos empíricos”, “homens de negócio”, “educadores críticos” virão conforme a análise vai seguindo.

4.2- A produção escrita do GTTE

Para a realização deste estudo, ratifica-se, foram lidos 132 textos, dos que foram apresentados no GT entre 1995 e 2004. A proposta foi ler os documentos procurando dar sustentabilidade a uma determinada interpretação, ainda que não seja qualquer interpretação⁴⁶. Isso será feito, de maneira geral, numa análise longitudinal desses documentos, que procura, ao mesmo tempo, problematizar as escolhas que o autor institucional, o GTTE, vai fazendo. Só em alguns momentos utilizamos passagens dos trabalhos do GTTE, não obstante todos os 132 textos estão relacionados no anexo 1. A seguir uma citação que mostra o que desejamos realizar aqui:

Um saber que repousa sobre a interpretação não possibilita necessariamente um procedimento experimental e quantificador nem a reprodutibilidade, ainda que isso não seja excluído. Mas, com frequência, é a mente do pesquisador que, a seu modo, e, por diversas razões, efetua as escolhas e as interpretações evocadas anteriormente. É esse modo e essas razões que são o objeto da objetivação: de uma parte, do lado do pesquisador do qual se espera metodicamente consciência desses fatores e os racionalize; de outra, do lado daquele ao qual serão comunicados os resultados da pesquisa, que se espera que o pesquisador lhe informe tudo para possa julgar a validade dos saberes produzidos. É esse princípio de objetivação que fundamenta a regra da prova e define a objetividade. Poder-se-ia dizer que a objetividade repousa sobre a objetivação da subjetividade (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 44).

⁴⁶ Sem perder de vista o desafio que isso significa: *se existe a possibilidade de uma interpretação autêntica, como conciliar esta possibilidade com o fato de que todo texto é interpretado de várias maneiras e que a história do texto consiste na história das suas várias interpretações?* (KOSIK, 1976, p. 142)

Destarte, a partir dos 132 trabalhos estudados foi feita uma classificação, no quadro 17, que nos ajuda a entender a incidência de determinados tipos de texto.

Quadro 17 *Classificação segundo a incidência para temática e tipo de estudo*

Incidência	Temática	Tipos de Estudo
presença determinante ou dominante?	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudos sobre a indústria; ▪ Estudos que consideram estarmos num momento de crise ou de novos paradigmas; ▪ Estudos que denunciam a “(Nova) Pedagogia da Fábrica”; ▪ Estudos que denunciam os (verdadeiros) interesses dos empresários; <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudos que se relacionam com a educação formal; ▪ Estudos que defendem o marxismo; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudos de (um) caso; <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudos que são essencialmente teóricos;
presença significativa ou razoável	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudos sobre (de) órgãos, documentos e ações governamentais; ▪ Estudos na fase de projeto; ▪ Estudos (que dialogam) com autores não-marxistas, etc; 	
pequena ou mínima presença	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudos que priorizam a fala (a perspectiva) dos trabalhadores; ▪ Estudos do setor terciário; <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudos com temas “dissonantes” (questões de gênero, cultura, raça, criança, etc.); ▪ Estudos sobre experiências “contra-hegemônicas”, propositivas ou inovadoras. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estudos macros (de conjuntura, comparativos, de cenário, etc.) ▪ Estudos de pesquisa quantitativa, de mapeamento, de estatísticas (survey, etc.); ▪ Estudos históricos.

Fonte: CDs da Anped 1995-2004

A tipificação acima foi feita a partir da leitura dos textos resultado dos itens e quadros que virão. Os quadros a seguir apresentam os títulos dos trabalhos,

porque de alguma forma explicita algo de seu conteúdo e de seu tipo de estudo. A proposta é agrupá-los para depois, minimamente, problematizá-los.

A problematização foi feita da seguinte forma: primeiro, questionamos a recorrência de determinados temas e abordagens; segundo, procuramos as contradições, relacionadas a própria recorrência desses temas e abordagens; terceiro, ainda que brevemente, procuramos as contradições de conteúdo; quarto, procuramos também levantar os temas e abordagens desprestigiados pelo GTTE apesar de outras demandas dos próprios pesquisadores e da realidade brasileira.

4.2.1 O GTTEÓRICO: as Reflexões Teóricas do GTTE

Na produção do GTTE, os estudos teóricos possuem “presença determinante” (quadro 17). O GTTE é marcado por esse tipo de estudo, com duas características principais: a de fazer a defesa do marxismo e a de debater a crise dos referenciais teóricos ou de paradigmas (até do próprio GT). Eis alguns exemplos⁴⁷, no quadro 18.

Quadro 18 *Seleção de trabalhos teóricos*

Trabalhos teóricos (ordem alfabética)
1. <i>A Competência E A Qualificação: Conceitos Historicamente Construídos Para Atender Interesses De Classe (Texto 79 no anexo);</i>
2. <i>A Crise Dos Referenciais E Os Pesquisadores Em Trabalho E Educação: O Lugar Do Marxismo Entre Os Educadores (Texto 17);</i>
3. <i>A Educação Frente Às Metamorfoses No Mundo Do Trabalho: Uma Proposta De Método De Análise (Texto 63);</i>
4. <i>Competência E Qualificação: Duas Noções Em Confronto, Duas Perspectivas De Formação Dos Trabalhadores Em Jogo (Texto 120);</i>
5. <i>Cultura Do Trabalho Escolar: A Força Do Imaginário Social (Texto 18);</i>
6. <i>Da Subsunção Formal Do Trabalho À Subsunção Real Da Vida Social Ao Capital: Apontamentos De Interpretação Do Capitalismo Contemporâneo (Texto 66);</i>
7. <i>Desqualificação Global Do Trabalho: A Excentricidade De Uma Visão Unitária Da Classe-Que-Vive-Do-Trabalho (Texto 8);</i>
8. <i>Determinações Ontológicas Da Educação: Uma Leitura À Luz Da Categoria Trabalho (Texto 20);</i>
9. <i>Educação E Tempos Desiguais: Reconstrução Da Problemática Trabalho-Educação (Texto 29);</i>
10. <i>Educação, Verdade E Descentralização Da Categoria Trabalho (Texto 61);</i>
11. <i>Escolástica Ou Historicismo? (Texto 33);</i>
12. <i>Ética E Educação Na Sociedade Pós-Industrial (Texto 87);</i>
13. <i>Habermas E A Não Centralidade Formativa Do Trabalho, Uma Crítica Filosófica Ao Marxismo (Texto 42);</i>
14. <i>Habermas: Trabalho, Linguagem E Forma De Vida Humana (Texto 130);</i>

⁴⁷ Ver no anexo 1, a identificação dos textos.

15. *Individualidade: Afirmção E Negação Na Sociedade Capitalista (Texto 27);*
16. *Mundialização E Crise Do Capital – A Relação Dialética Entre Essência E Fenômeno Na Constituição Real Do Mundo Do Trabalho (Texto 80);*
17. *Nova Questão Social Ou Nova Dimensão De Um Mesmo Problema? (Texto 45);*
18. *Novas Competências No Mundo Do Trabalho E Suas Contribuições Para A Formação Do Trabalhador (Texto 41);*
19. *O Novo Padrão De Acumulação De Capital E A Formação Sindical Da Central Única Dos Trabalhadores (Texto 14);*
20. *O Trabalhador Frente Ao Terceiro Milênio (Texto 23);*
21. *Para Uma Abordagem Ontológica Do Cotidiano Escolar (Texto 82);*
22. *Relação: Educação, Trabalho E Cidadania (Texto 64);*
23. *Subjetividade E Trabalho Ou Subjetividade Não É Cognição (Texto 117);*
24. *Trabalho, Alienação E Estranhamento: Visitando Novamente Os “Manuscritos” De Marx (Texto 108);*
25. *Trabalho, Estado E Escola – Crises Que Se Entrecruzam (Texto 70);*
26. *Trabalho, Universalidade, Comunicação E Sensibilidade – Aspectos Teórico-Metodológicos Para Um Conceito Dialético De Competência (Texto 65).*

Fonte: CDs da Anped 1995-2004

Os textos teóricos têm uma *presença* (mais do que) *determinante*, segundo nossa pesquisa, e merecem uma atenção especial. Na verdade, os trabalhos acima citados são aqueles que foram elaborados visando à discussão teórica. Isso significa que, neste momento, não foram considerados os textos que se propuseram a uma pesquisa mais empírica e acabaram sendo dominados pela discussão teórica, e que não foram poucos, considerando a leitura que fizemos. O GTTE é um grupo marcado pela reflexão teórica. Chamamos de “textos teóricos”: os textos que não partem e não têm como perspectiva a realidade empírica imediatamente; textos que se propuseram a fazer reflexões sobre categorias e conceitos, confrontaram autores e obras, revisaram a própria teoria (no caso o marxismo) e preferiram, da atualidade, tomar estritamente os conceitos e termos que a explicam.

Para começar, trazemos uma passagem do livro *Pedagogia da Fábrica* (1ª edição em 1985), clássico da Acácia Kuenzer:

Sem negar o valor destas obras, que têm contribuído significativamente para colocar a discussão sobre educação e trabalho, a verdade é que, de modo geral, elas não têm acrescentado muita coisa aos textos clássicos, no sentido de apreender como a divisão do trabalho, no estágio em que se encontra o processo produtivo brasileiro, se relaciona com a problemática da educação do trabalhador compreendido como fator de produção (KUENZER, 2002, p. 17).

Nesta passagem, Kuenzer já mostra uma certa preocupação com os rumos que as pesquisas teóricas podem tomar. Bem, a idéia aqui também não é participar da trincheira dos que acham necessárias pesquisas mais empíricas, mas sim a de “dialogar com” (questionar) esta expressiva quantidade de reflexões teóricas que curiosamente parecem demandar por ainda mais teoria. Kuenzer, novamente, demonstra preocupação a respeito:

(...) vemos os trabalhos caracterizados por tal nível de generalidade que não nos permite avançar nem no entendimento de como as relações se dão concretamente, com sua dinamicidade e especificidade, nem como estas dimensões se articulam e reciprocamente se relacionam em uma totalidade em processo permanente de reconstrução, nem na definição de formas de intervenção na realidade como estratégia de sua transformação (...)
(KUENZER, 1998, p. 63).

Nossa análise parte de três hipóteses complementares para explicar a escolha de pesquisas teóricas pelo GTTE. A primeira delas está ligada à história dos próprios sujeitos pesquisadores do GTTE (visto em parte no capítulo 1 e complementada no próximo capítulo). A segunda delas diz respeito à percepção de que as escolhas estão sendo influenciadas majoritariamente por uma determinada perspectiva teórica. E, por fim, a terceira hipótese, corolário dessa segunda, e a principal deste estudo: de que as escolhas do GTTE estão ligadas principalmente a uma tradição de análise que o grupo carrega, desde os seus fundadores, influenciada pela perspectiva teórica hegemônica, mas que nela não se justificaria unilateralmente. Quer dizer, no GTTE haveria uma tradição, um *modus operandi*, de fazer pesquisa, teoria e prática influenciadas pela perspectiva teórica marxista, mas também influenciadas por outras variáveis, estas específicas ao grupo e não à teoria. Nisso que este estudo se assenta.

No primeiro capítulo vimos como a identidade do GT Trabalho e Educação está ligada ao marxismo, sugerindo até que esta influência seria mais forte e presente do que a própria identidade temática. Uma série de aspectos da produção do GTTE vem em apoio dessa percepção. A opção pelo marxismo se revela nas referências básicas dos trabalhos (ver quadro 1, capítulo 1), na proposição da maior parte dos textos teóricos (ver quadro 18), na opção da denominação do GT, que antecipa o termo “trabalho” ao de “educação” e que mostra como a categoria “trabalho” é central para a análise sociológica, nas obras de referência da área (cf. KUENZER, 1985; FRIGOTTO, 1983; MACHADO, 1989), que reiteram a

questão do *trabalho como princípio educativo*⁴⁸ e concretamente nos próprios textos do GTTE:

(...) o mundo ainda materializa uma realidade constituída pela supremacia de uma classe minoritária, e de seus interesses, em detrimento das condições indignas de vida da maioria. Por serem as teses marxistas associadas a esta condição de existência, elas continuam representando a melhor crítica já elaborada para se pensar sobre esta realidade (FERREIRA, 2002).

A questão de se os estudos do GTTE estão ou não considerando outros *acontecimentos importantes de sua época* será analisada à frente juntamente com a reflexão sobre os “textos empíricos”. Nesta parte, nos deteremos sobre a investigação de outras características desses textos teóricos do GTTE.

As temáticas que os textos teóricos tratam podem ser organizadas em quatro pilares, dos assuntos mais recorrentes: 1) crise do *Capitalismo Real* (cf. FRIGOTTO, 1995); 2) proliferação do modelo neoliberal para o capitalismo; 3) crise que os referenciais marxistas enfrentaram/enfrentam desde o final do século XX com a derrocada do socialismo real, 4) desafio de ter que responder ao questionamento que outros referenciais teóricos fizeram à centralidade do trabalho como categoria chave para a análise sociológica (ver OFFE, 1989). O professor Gaudêncio Frigotto, por exemplo, uma das principais referências do GT, no seu livro *Educação e a Crise do Capitalismo Real*, enfrentou o desafio de responder a Claus Offe, crítico da centralidade do trabalho⁴⁹.

De maneira geral, a reflexão teórica encontrada nos textos do GTTE tem se voltado principalmente aos textos clássicos. Um dos textos abordou essa questão dessa forma e explicou o porquê:

(...) [Em primeiro lugar] só é possível apreender os diversos processos produtivos, quaisquer que sejam, no bojo de uma análise do modo de produção capitalista. Em segundo lugar, e por causa do primeiro ponto, "traz de volta" os grandes autores que envidaram esforços no sentido de analisar e compreender o modo

⁴⁸ Aspectos que revelam a relação com a perspectiva marxista, contudo não são aspectos compreendidos da mesma forma dentro do marxismo. (Cf. LESSA, 2001. nota 13)

⁴⁹ Vale a pena trazer uma passagem: *Em suma, a questão crucial em relação à análise de Offe, não é que ele não consiga descrever questões do cotidiano da crise do trabalho e da sociedade do trabalho, particularmente na realidade européia. O problema está no fato de que, ao abandonar a perspectiva ontológica do trabalho, desenvolve uma análise que o leva a vários sofismas de composição. O mais geral destes sofismas é de que de dados relativos ao problemas crucial e à crise do trabalho enquanto emprego, tarefa, ocupação, deduz a crise do trabalho em geral e daí, a perda de sentido do trabalho enquanto categoria sociológica para explicar as relações sociais* (FRIGOTTO, 1995, p.121).

de produção capitalista, particularmente Marx e outros autores da tradição marxista (TUMOLO, 1996).

A leitura do “texto” produzido pelo GTTE argumenta que toma autores clássicos, como Marx e Gramsci como atuais, porque o seu objeto de investigação, o capitalismo, não mudou em sua estrutura. Na verdade, esse movimento do GTTE confirma, o que no capítulo 1 apontamos provisoriamente, de que o grupo toma o referencial marxista em termos “ortodoxos”, ou seja, como uma “filosofia integral”, quer dizer, que prescinde de outras teorias para entendimento do mundo. A seguir, vale examinar essas características nos trabalhos encomendados e nos minicursos.

4.2.1.1 A Teoria dos Trabalhos Encomendados e dos Minicursos

No capítulo anterior, a partir dos quadros 11 e 12, foi mostrado o destaque da UFF, Universidade Federal Fluminense, como a instituição mais presente entre as que fazem os “trabalhos encomendados” e os “minicursos”. Mas, quais seriam as características desses trabalhos? A característica principal e imediata a ser percebida é a preponderância de reflexões teóricas. Essas reflexões foram feitas, sobretudo, por autores-referência do próprio GTTE e a principal tarefa foi a de: defender teórico-metodologicamente a relação trabalho e educação frente às adversidades que vieram com as mudanças na base produtiva do capitalismo do final do século XX. Os minicursos não destoaram muito em relação aos trabalhos encomendados. Os trabalhos empíricos praticamente não apareceram nessas duas modalidades de apresentação no GTTE, mostrando de forma contundente a vocação teórica do grupo. Ainda que por pressuposto os “trabalhos encomendados” tendam a ser mais amplos, impressiona como eles, somados aos “minicursos”, se voltam tanto à teoria. Não obstante, nos minicursos pôde se perceber a presença de uma reflexão ampla, menos conceitual ou metodológica, que contempla temas históricos ou do contexto da realidade brasileira. Esses tipos de estudo, com esses temas, que provisoriamente chamamos de “panorâmicos” ou “conjunturais” são raros no GTTE, como veremos a seguir. O GTTE parece ter

preferência por estudos teóricos (conceituais e/ou metodológicos) por um lado e estudos de (um) caso⁵⁰ por outro.

Assim, os questionamentos feitos aos textos “teóricos” são complementados a seguir com as análises dos textos que tomamos por “empíricos”, porque possíveis contradições, aporias e antinomias da produção global do GTTE, só poderão ser apontadas na continuidade e ruptura entre esses tipos de textos.

4.2.2. Os textos das pesquisas empíricas: a sempre presente denúncia da Pedagogia da Fábrica

A análise agora se assenta sobre outra preferência do GT, que também possuem *presença determinante*: os estudos sobre a indústria, os estudos de (um) caso, os que denunciam a pedagogia da fábrica e os que denunciam os (verdadeiros) interesses dos empresários. São muitos os trabalhos que fizeram exatamente isso: estudaram uma determinada experiência de indústria para denunciar os interesses explícitos e implícitos da empresa e dos empresários. Tomamos como “trabalhos/textos empíricos” aqueles que se debruçaram sobre a experiência, sobre a realidade concreta do trabalho e dos trabalhadores. Destacamos alguns trabalhos, no quadro 19.

Quadro 19 Seleção de trabalhos empíricos

Trabalhos empíricos
<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>A Complementação Da Escolaridade Do Trabalhador Na Empresa : Uma Experiência Baiana (Texto 7);</i> 2. <i>A Educação Do Trabalhador Na Agroindústria – O Caso Sadia (Texto 125);</i> 3. <i>A Empregabilidade Na Indústria Têxtil De Santa Catarina (Texto 128);</i> 4. <i>A Formação Do ‘Total Trabalhador Sadia’ –Estratégias De Qualificação De Trabalhadores Em Uma Empresa Agroindustrial (Texto 2);</i> 5. <i>A Formação Do “Cidadão-Trabalhador”:Educação E Cidadania No Contexto Do “Novo Industrialismo”(Texto 60);</i> 6. <i>A Formação Profissional Face À Reestruturação Industrial: Um Estudo De Caso Na Escola Técnica Federal Do Ceará (Texto 36); A Formação Do Trabalhador Disciplinado (Texto 39);</i> 7. <i>A Nova Pedagogia Fabril - Tecendo A Educação Do Trabalhador (Texto 9);</i>

⁵⁰ Para essa questão dos Estudos de Caso, vale a compreensão da professora Cláudia Fonseca (1999) com o artigo “Quando cada caso NÃO é um caso”. Em relação aos estudos de caso não é aconselhável para toda e qualquer situação mas, quando é aplicado temos interesse em aplicá-lo de forma competente. (FONSECA, 1999, p.59) Importante perceber que um “Estudo de Caso” exige uma inserção qualificada, que mesmo quando tudo é favorável exige muito tempo. O “Estudo de Caso” exige um tempo para apreender o “dito” e o “não dito” pelos pesquisados. Um tempo que, na maior parte das vezes, as pesquisas não possuem e a “pesquisa de campo” se reduz a entrevistas quase terapêuticas entre apenas duas pessoas. (FONSECA, 1999, p.62).

8. *A Qualidade Total Como Conformação Do Campo Pedagógico Através Da Aprendizagem Organizacional: O Caso Da Companhia Cervejaria Brahma - Filial Rio De Janeiro (Texto 1);*
9. *A Qualificação/Requalificação Do Engenheiro Na Fábrica Globalizada - Uma Necessidade Dos Novos Processos De Trabalho (Texto 121);*
10. *Análise Da Qualificação Do Trabalhador Na Indústria Que Passa Pelo Processo De Reestruturação Produtiva: Sistemas Da Qualidade, Seus Impactos E Significâncias (Texto 126);*
11. *As Mutações No Processo Produtivo Da Indústria Eletroeletrônica E A Qualificação Dos Trabalhadores (Texto 89);*
12. *As Novas “Qualidades Pessoais” Requeridas Pelo Capital (Texto 52);*
13. *As Novas Tecnologias E O Devassamento Do Espaço-Tempo Do Saber Tácito Dos Trabalhadores (Texto 46);*
14. *Educação Do Trabalhador: Quando O “Patrão” É O “Professor” - Algumas Considerações (Texto 122);*
15. *Ethos Empresarial Na Educação Escolar: Novos Dispositivos, Novas Subjetividades (Texto 12);*
16. *O Reverso Da Medalha: Os Limites Da Administração Industrial Participativa (Um Estudo De Caso) (Texto 5);*
17. *Pensamento Pedagógico Industrial (Texto 48);*
18. *Qualificação Profissional E Terceirização Da Força De Trabalho: Estudo No Setor Petroquímico Da Bahia (Texto 95);*
19. *Trabalho Em Grupo Nas Empresas Alemãs: Um Novo Modelo De Produção E Uma Proposta Conceitual De Formação Profissional (Texto 4);*
20. *Uma Nova Faceta Da Gestão Empresarial: A Conformação Da Subjetividade Do Trabalhador (Texto 40).*

Fonte: CDs da Anped 1995-2004

Os trabalhos listados no quadro 19 merecem uma atenção especial, em continuidade à análise que iniciamos com os textos classificados como teóricos, porque podem nos revelar se a opção que os teóricos fizeram por um “marxismo ortodoxo” consegue complementação nessas outras pesquisas. Quer dizer, a questão aqui é saber se os textos baseados em pesquisas empíricas conseguiram complementar o que trouxeram as reflexões teóricas⁵¹. Dessa forma, tentamos contribuir com a avaliação do quanto pelo menos o “texto longitudinal” produzido pelo GTTE consegue fazer o elo entre teoria e prática. Novamente, começemos com Kuenzer:

A indagação que se coloca, portanto, é até que ponto a produção do GT Trabalho Educação de fato tem contribuído para o enfrentamento das questões concretas relativas aos processos pedagógicos capitalistas a que estão submetidos os trabalhadores, na escola e nas relações sociais e produtivas (KUENZER, 1998, p. 57).

⁵¹ Aqui a análise ainda não investiga se há no grupo uma “divisão de tarefas”, se para alguns fica a tarefa de teorizar e para outros a de fazer o pesquisa empírica.

A tarefa que boa parte dos trabalhos do GTTE se propuseram, para o período estudado, foi a de denunciar a “Nova Pedagogia da Fábrica”, através de um estudo de caso numa indústria de ponta. O eixo de análise que, na maior parte das vezes, traziam esses trabalhos mostrava como a implementação de novas tecnologias e modelos organizacionais ia de encontro aos interesses dos trabalhadores. E isso foi feito de variadas maneiras: observação direta do “chão da fábrica”, entrevistas a trabalhadores de baixo e médio escalão, análise dos programas e documentos institucionais etc. Algo bem semelhante ao que fez Kuenzer em sua tese de doutorado de 1984:

Kuenzer realizou sua pesquisa em uma empresa automobilística situada no Estado do Paraná, com o objetivo de investigar as formas através das quais a fábrica capitalista educa o trabalhador para o trabalho produtivo; seu objeto de estudo é, portanto, a pedagogia capitalista, compreendida enquanto processo educativo que ocorre através das relações de produção, com o qual se articula a educação escolar (KUENZER, 1991, p. 56).

As denúncias foram feitas, não obstante, o questionamento primeiro que pode ser feito é sobre o quanto substancialmente conseguiram ser originais em relação à denúncia feita por Kuenzer há mais de 20 anos. Não é que seja dispensável a denúncia dos novos jogos políticos e ideológicos implementados pela atual *pedagogia da fábrica* ou pela reedição da *Teoria do Capital Humano* (cf. FRIGOTTO, 1993) mas pode-se questionar até que ponto, ou de que forma, vale continuar trazendo a denúncia a respeito dos interesses implícitos dos *homens de negócio*⁵². Muitas vezes os trabalhos formulam denúncia da mesma forma que há 20 anos atrás.

Kuenzer, mais uma vez pode nos ajudar a entender esta “presença determinante” da denúncia da *pedagogia da fábrica* nos textos do GTTE, quando ela fez o prefácio da 4ª edição do seu livro em 1994:

(...) após dez anos continua referência para cursos de formação profissional, discussões nos sindicatos e realização de novos estudos, mostrou que a opção teórico-metodológica feita na ocasião foi adequada, bem como reafirmou o poder explicativo desta vertente para a apreensão cada vez mais aprofundada das relações entre educação e trabalho (KUENZER, 2002, p.5).

Porém, lá já fazia um alerta às novas pesquisas:

Após dez anos, tenho claro que é absolutamente urgente e necessário retomar com mais força esta questão [de que modo, e a

⁵² Alguns autores utilizam esta expressão para definir aqueles que dão valorosos préstimos ao capital... Cf. FRIGOTTO, 1995, p.53.

partir de que determinações, o trabalhador desenvolve sua consciência política], buscando elucidá-la teoricamente como condição de avanço da prática política dos trabalhadores, para que eles possam, pelo menos, fazer frente, enquanto interlocutores à altura, aos avanços do capital em suas estratégias de reprodução ampliada através de paradigmas constantemente renovados de gestão e de formas de organização do trabalho, que trazem em seu bojo mecanismo cada vez mais sofisticados de disciplinamento e exploração do trabalhador (ibid. p. 5).

Uma denúncia pertinente, mas que nos chama a atenção por ter sido tão recorrente.

Enfim, sobre a tarefa de denunciar a “Nova Pedagogia da Fábrica” o questionamento feito não é para saber se cada trabalho particular fez bem a sua denúncia, mas, sim para saber o porquê da insistência nesse tipo denúncia, por conta também das semelhanças dos procedimentos e conclusões entre os trabalhos. Este assunto aparece como um *domínio consagrado*⁵³, praticamente um senso comum na área de Trabalho e Educação. Uma crítica interessante a este respeito pode ser vista na passagem a seguir:

Com exceções, ainda bem que elas existem, parte da produção não se afasta do senso comum, porque fomos abdicando do entendimento, que um dia tivemos, de que ao término de uma pesquisa científica não só o pesquisador-cientista necessita saber mais do que sabia ao começá-la, mas porque este mais suscita um novo volume de indagações e impõe a exigência de um novo e maior conhecimento (SANFELICE, 2005, p. 86).

A característica principal dessa denúncia da “nova pedagogia da fábrica” é a de ela vir de uma pesquisa feita a partir de um estudo de caso de uma empresa de ponta, dificilmente vindo de outros tipos de estudos e lugares da realidade do trabalho.

4.2.2.1. Os homens de negócio e os educadores críticos: discursos que se aproximam?

Os trabalhos do GTTE, na maior parte das vezes, se propõem a demarcar a fronteira entre os “educadores críticos”⁵⁴ e a administração dos “homens de negócio”. Um dos textos coloca bem este pensamento em seus princípios:

⁵³ Para contribuir no entendimento desse conceito, vale trazer Bourdieu aqui: *conjunto de pressupostos que [mesmo] os antagonistas admitem como sendo evidentes, aquém de qualquer discussão, porque constituem a condição tácita da discussão* (1994, p. 145)

⁵⁴ O que aqui vamos chamando de “educadores críticos” é o que se opõe aos interesses dos “homens de negócio” e defendem, entre outras coisas, a educação integral para os trabalhadores.

Consideramos que a **Administração**, como campo de conhecimento particular, está vinculada à tradição racional cartesiana que caracteriza a ciência moderna. Segundo esta, o conhecimento deve ser validado pela sua aplicabilidade, pelo alcance de sua intervenção na realidade concreta (...) (MARTINS, 1997).

A administração vai dizer que há necessidade de um trabalhador polivalente, com mais estudo, com inteligência emocional para lidar com trabalhos em grupo etc., enquanto que o educador crítico dirá que o trabalhador precisa saber que há algo por detrás dessa “boa intenção”. Nesses dois tipos de visões, quando extremadas, o trabalhador é tratado como alguém pouco crítico de sua própria realidade, incapaz de perceber que *reengenharia* rima com desemprego ou que é sempre alienado para entender que o incentivo à sua qualificação não é benevolência do empresário. Alguns trabalhos, como o de Shiroma, também alertam sobre a recorrência de uma denúncia que culpabiliza o trabalhador por sua situação, destarte mostra que as relações de poder e de persuasão têm mais elementos, como a própria repressão:

Não podemos culpar o trabalhador por “estar vestindo a camisa da empresa” quando a outra alternativa é tornar-se um “descamisado”. Existem pesquisas (...) preocupadas em mostrar como este espaço de participação instituído pelo capital, contraditoriamente, vem se tornando terreno de resistência, mas discutí-las fugiria ao escopo desse trabalho. Entretanto, convém lembrar, nem tudo é qualidade, nem tudo é total (SHIROMA, 1995, grifos nossos).

A adesão do trabalhador não é necessariamente por ingenuidade ou alienação, mas pode vir por imposição, conforme Shiroma. Os trabalhadores não são ingênuos só porque acatam as mudanças propostas pela fábrica. Shiroma chega a alertar:

precisamos ser prudentes nas conclusões pois, como tentamos mostrar, a adesão aos programas da empresa não pode ser automaticamente interpretada como integração ideológica. O discurso da Qualidade Total tenta mascarar o caráter coercitivo dos programas participativos alegando serem voluntários. Mas, como vimos, participar não é opção, mas falta de opção. Elucidar este ponto foi nosso intuito (SHIROMA, 1995).

A contradição possivelmente inclusa no alerta que essas passagens fizeram aos outros trabalhos também pode estar ligada a mais uma das preferências do GTTE, que é pelo “trabalhador incluído na indústria”. O que chamamos aqui de “trabalhador incluído na indústria” é exatamente o que o termo sugere, aqueles

trabalhadores do setor produtivo com carteira assinada, assalariados e protegidos minimamente pelos direitos trabalhistas. Ainda que o foco de análise seja para legitimamente denunciar que novas pressões esse “trabalhador incluído” está submetido, quais são os seus novos grilhões ou mostrar o porquê desse trabalhador se deixar cooptar⁵⁵, muitos trabalhos no GTTE tentam mostrar isso contraditoriamente com depoimentos favoráveis feitos pelos trabalhadores à própria empresa. A ponto de muitas vezes ter de reconhecer:

Apesar de todo esse processo conturbado, a escolarização [proposta pelo empresário na empresa], mesmo capenga, ainda é uma forma de o trabalhador diminuir as chances de ser excluído do mercado de trabalho e também continua sendo, com todas as suas limitações, um espaço de acesso ao conhecimento (CRUZ; BIANCHETTI, 2001).

O trabalhador quando julga que o seu ambiente de trabalho é satisfatório, o faz sob determinados critérios, não necessariamente ingênuos; ele percebe que há mudanças que lhe são concretamente favoráveis, compara com o que havia antes ou compara com outras empresas e lugares em que trabalhou ou conhece. A passagem a seguir da professora Dagmar Zibas mostra essa contradição:

[Trabalhador 1]"Aqui é muito bom. A gente participa das decisões. Veja, tinham comprado uma luva muito dura, difícil de usar. Reclamamos e nós mesmos chamamos os fornecedores e um deles desenvolveu uma luva especial para nós, que facilita o trabalho. Essa participação dá muita satisfação"

[Trabalhador 2]"Nós mesmos damos idéias para melhorar as máquinas. O sistema de exaustão, por exemplo, foi modificado por nossa sugestão. Isso é bom para todos ...".

[Trabalhador 3]"Eu gosto daqui. Aqui é diferente. Você entra e não bate cartão e sai e não é revistado. Estão acreditando em mim. Em outra fábrica, se chego atrasado, perco sábado e domingo. Aqui, falo 'tive problema e cheguei cinco minutos atrasado'. O supervisor diz 'repõe na saída'. Eles confiam em mim e eu confio neles. Eu mesmo marco minhas horas extras".

[Trabalhador 4] "Um dos agravantes que vejo aqui é que a gente tem o encargo, mas não a função. Veja, estão diminuindo o pessoal administrativo e quase só ficam os operadores, que fazem todo o trabalho administrativo também, mas não ganham para isso Não somos nós que ganhamos bem, são as outras empresas que pagam muito mal" (ZIBAS, 1996).

⁵⁵ R. Sennett em seu livro “A Corrosão do Caráter” (Op. Cit) faz um estudo nesta direção. Sennett vai estudar o trabalhador de ponta, de um setor de ponta, do país mais rico do planeta, os EUA. Não obstante, não fica preso aos depoimentos favoráveis desse trabalhador à atual lógica excludente do mercado, tenta apreender na própria vida dele quais novas alienações e sublimações vêm sofrendo.

Dos quatro depoimentos dos trabalhadores acima, somente o último tem uma postura de crítica às mudanças. Possivelmente, as pesquisas precisem considerar que os trabalhadores que mais sofrem com as mudanças advindas da nova base produtiva do capitalismo talvez não sejam precisamente os da indústria⁵⁶. A construção da “denúncia” baseada nos “trabalhadores incluídos” pode ser restrita. E do discurso dos empresários, do qual se desejava distância, acaba se aproximando, com a própria “curvatura da vara”.

É uma iniciativa patronal que visa dois objetivos. O primeiro é elevar o nível de escolaridade visto que 30% dos trabalhadores da indústria são analfabetos, outros 30%, embora tenham um pouco de instrução, não são capazes de interpretar manuais de trabalho e apenas 40% tem o curso primário completo. (...) O segundo objetivo é possibilitar ao empregado construir uma base sólida de educação geral visto que esta é condição que precede os treinamentos em serviço e os programas de educação continuada. Do ponto de vista da empresa, é possível verificar que existe a preocupação de desenvolver a capacidade criativa dos trabalhadores, embora esta nem sempre esteja relacionada à aprendizagem associada à formação política e crítica baseada na cidadania (VERÍSSIMO, 2000).

A citação acima é emblemática a este respeito. A mesma lamenta que os empresários não sejam capazes de oferecer uma educação que tenha como objetivo a formação política e crítica, mas de certa forma se depara com dois objetivos empresariais que podem ser muito convenientes aos trabalhadores. Acaba reconhecendo que:

O trabalhador começa a se conscientizar do dever de estudar para garantir o seu emprego. Mas o resultado é bem maior, pois ele passa a se sentir mais prestigiado, sente sua auto-estima se elevar. Produz-se uma nova “objetivação das suas necessidades, isto quer dizer que elas se elevam de grau” (VERÍSSIMO, 2000).

O trabalho depara-se com o fato de que, às vezes, o interesse pela educação (ainda que capenga) é mais do empresário do que do próprio trabalhador, não obstante tem que reconhecer a contradição favorável que aparece ao trabalhador.

4.2.2.2 O GTTE e a preferência pelos setores de ponta

Enfim, na análise do item que fizemos sobre os textos teóricos percebemos que eram abundantes no GTTE e tinham por base o marxismo em termos “ortodoxos”.

⁵⁶ *A contradição fundamental define-se pela capacidade exponencial de desenvolver e fazer avançar as forças produtivas, hoje predominantemente pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia, e sua incapacidade de socializar a produção, fruto do trabalho humano.* (FRIGOTTO apud PICANÇO; TIRIBA, 2004, p. 12) Isto é: não deveriam as “nova denúncias” ter que considerar também (ou exatamente) os lugares em que a socialização da produção acontece de forma mais precária ou não acontece?

Referências importantes ao GT, como Saviani e Kuenzer, mostraram que a maior contradição que pode haver não seria tomar o marxismo como uma “filosofia integral” (conforme Saviani), mas sim de se afastar da realidade concreta⁵⁷. Agora percebemos que o GTTE optou pelo setor industrial de ponta com seu trabalhador e geralmente através uma pesquisa do tipo “estudo de (um) caso”, assim, há uma questão que se acentua: a opção de estudo que o GTTE faz pelo setor industrial complementa à reflexão marxista ortodoxa feita pelo grupo? Ainda que não seja possível responder plenamente à questão, certamente é interessante problematizá-la.

O porquê da preferência do GT pelos trabalhadores da indústria tem raízes no próprio marxismo. Marx e Engels, por exemplo, concentraram seus esforços na reflexão da indústria, porque viram que nela a burguesia consolidou o poder e porque perceberam que, para a lógica capitalista, ali estaria o processo de revolucionamento permanente. Vale agora trazer uma passagem do “Manifesto”:

A burguesia só pode existir com a condição de revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, como isso, todas as relações sociais. (...) Essa revolução contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes (MARX E ENGELS, 1968, p. 25-26).

Da mesma forma que Marx e Engels viram no proletariado, produzido pelo desenvolvimento industrial, a nova força revolucionária:

Ora, a indústria, desenvolvendo-se, não somente aumenta o número dos proletários, mas concentra-os em massas cada vez mais consideráveis; sua força cresce e eles adquirem maior consciência dela (ibid., p. 32).

O desenvolvimento da sociedade capitalista se deu com o desenvolvimento da indústria, os países que se industrializaram se tornaram os mais ricos e são os que permanecem a experimentar os avanços tecnológicos mais rapidamente.⁵⁸ Quer dizer, não se restringe à perspectiva marxista esta constatação de que é o setor industrial que alavanca a sociedade capitalista.

⁵⁷ *Com ortodoxia, porém sem o dogmatismo vesgo de quem não percebe que a grande contribuição do método política é justamente a constatação de que o conhecimento se produz na práxis, considerando as condições concretas – e, portanto, dinâmicas – que determinam a especificidade de cada momento histórico, de público volto a professar minha fé: até prova em contrário, continuo dinossauro!* (KUENZER, 1998, p.75).

⁵⁸ CF. ARRIGHI, 1996; DREIFUSS, 1997; FORRESTER, 1997; HARVEY, 1996; HOBBSAWM, 1996; entre outros.

Assim sendo, é possível entender que a preferência da área de Trabalho e Educação (TE) pelo trabalhador da indústria é justificável, não somente pela perspectiva teórica marxista, mas pelo lugar de destaque que o “trabalho fabril” assume na sociedade capitalista. Para o GTTE, que precisa tomar o trabalho na sua relação com a educação, a preferência pelo trabalhador da indústria se expressa em análises sobre questões de qualificação, formação, complexificação ou simplificação do trabalho em relação à incorporação de conhecimento e tecnologia, etc. Apesar dessa argumentação, é importante voltar-se ao que se propõe esta parte do artigo: é problematizar essa preferência do GTTE.

Muitos trabalhos justificam a preferência pela indústria, mais exatamente a “de ponta” (tecnologicamente avançada), baseada também na própria leitura em Marx⁵⁹, por supor que ali esteja também a ponta dos novos processos e métodos da relação da educação com o trabalho. Não obstante, pode-se fazer um questionamento a vários trabalhos com essa característica, presentes no “texto” do GTTE: em se tratando de um país subdesenvolvido, mesmo sendo de ponta, é realmente um “posto favorável à observação”⁶⁰? Muitos são os estudos, de acordo com a pesquisa, que focaram apenas um caso, de uma única indústria, para dar conta de entender novas relações na base produtiva. Kuenzer, em 1998, já acenava para essa peculiaridade dos estudos da área de TE, que aqui nesta pesquisa vai se confirmando:

(...) [a] questão que gostaria de apontar para debate é a necessidade de construir historicamente a categoria reestruturação produtiva no caso brasileiro, não tomando em si, mas à luz do papel que tem desempenhado no âmbito da globalização da economia. Sem aprofundar a discussão entendo que a reestruturação produtiva tem sido tomada de forma genérica, sem que se considere sua materialidade nesta etapa de desenvolvimento das forças produtivas no Brasil (...) (KUENZER, 1998, p. 68).

Portanto, o argumento que é usado para justificar a escolha de uma determinada indústria ou setor pela condição de ser de “ponta” pode trazer uma contradição, disso acontecer periféricamente. Na maior parte das vezes, mesmo tecnologicamente desenvolvida, uma empresa de país periférico está fora dos

⁵⁹ Isto pode ser visto no próprio “Manifesto” (cf. MARX E ENGELS, 1968)

⁶⁰ Referência à concepção dentro do marxismo de que seria no lugar em que as forças produtivas estivessem mais avançadas, aí estaria o lugar em que se poderia engendrar o novo e as contradições mais importantes do próprio sistema capitalista, lugar também que a classe revolucionária, no caso o proletariado, poderia inciar sua revolução. (cf. LOWI, 2000; HOBBSBAWM, 1988; entre outros)

centros de decisão. Certamente que isso não impede qualquer estudo⁶¹, mas questiona a justificativa apresentada. Destarte, a justificativa de que a indústria tecnologicamente avançada é posto favorável à observação pode ser temerária à nossa realidade⁶². A representatividade do Brasil, quanto ao emprego industrial, por exemplo, é mínima e teve, na última década, sentido decrescente:

Em 1999, por exemplo, somente 11,5% dos trabalhadores pertencem à manufatura, equivalendo à situação verificada somente na primeira metade dos anos 50 (...).

Se a comparação for com o resto do mundo, os sinais de fracasso são ainda maiores. Em 1999, o Brasil havia regredido para uma representação de 3% do total do emprego industrial mundial, sendo 29% abaixo do que era há duas décadas (POCHMANN, 2002, p. 158).

Um outro ponto que podemos trazer para problematizar a preferência do GT é a percepção de que o número de trabalhadores envolvidos com a indústria (e que conseqüentemente demandam qualificação) é cada vez menor no Brasil. Algo que acaba sugerindo mais um questionamento: será que o GTTE ao “carregar mais a tinta” na análise do setor industrial não acaba deixando de lado milhares de trabalhadores e trabalhadoras de outros setores que necessitam de novas reflexões? Assim, vale trazer a contribuição de Pochmann:

No Brasil, a situação é ainda mais crítica. Com efeito regressivo que decorre da adoção de políticas macroeconômicas nos anos 90, as empresas capitalistas tornaram-se cada vez menos promotoras de emprego. Basta informar que, de um total de 71 milhões de ocupados, menos de 20 milhões de trabalhadores encontram-se submetidos à natureza do emprego privado (2002, p.106).

De 71 milhões de ocupados, 51 milhões estão exatamente fora do que os economistas chamam de empresas capitalistas (buscam lucro e, na melhor das hipóteses, se apresentam ao mercado para competir), pouco mais de 8 milhões (11,5% dos 71 milhões) estão no setor de transformação (POCHMANN, 2002) e

⁶¹ Na perspectiva marxista não há empecilho em se estudar qualquer assunto ou lugar, desde que se considere que: *A compreensão dialética da totalidade significa não só que as partes se encontram em relação de interna interação e conexão entre si e com o todo, mas também que o todo não pode ser petrificado na abstração situada por cima das partes, visto que o todo se cria a si mesmo na interação das partes* (KOSIK, 1976, p. 42)

⁶² Certamente, que há setores no Brasil concretamente de ponta, porém, mesmo para estes casos precisam considerar variáveis tais como: centro de decisões, transferência tecnológica, rede produtiva, transferência de dividendos, remuneração comparada dos trabalhadores, geopolítica, etc.

um número certamente menor estão nos setores considerados de ponta. Talvez a própria realidade esteja propondo uma diversificação maior de estudos.

Outros pontos de questionamento a essa preferência do GT, de alguma forma, também serão apresentados nos itens subseqüentes, que tomarão outros assuntos do GT, mas sempre se voltando para questões da indústria e também para as reflexões teóricas do GTTE.

4.2.3. Os textos que focalizam a escola ou a educação formal

A respeito da relação entre o GTTE e a educação formal, vale novamente (ver capítulo 1) trazer aqui os questionamentos de um dos coordenadores e fundadores, Miguel Arroyo: *O conhecimento acumulado tem sido incorporado na teoria da educação básica, (...) ou tem alimentado apenas nosso diálogo interno no GT?* (ARROYO, 1998, p. 140). A partir dessa citação, a pesquisa chegou a pressupor que iria encontrar um número pouco expressivo de trabalhos abordando questões que envolvessem o “Trabalho” e a “Educação Formal”, mas não foi o que ocorreu: a reflexão sobre a “Escola” teve também *presença determinante*. Vejamos o quadro 20, com os trabalhos que selecionamos e os respectivos anos de apresentação:

Quadro 20 Seleção de trabalhos que dialogaram com a “Escola”

Trabalhos que dialogaram com a “Escola”
1. <i>(Con)Formação Para Um Trabalho Competente: A Reforma Do Ensino Médio No Brasil (1998-2002) (2004 Texto 93);</i>
2. <i>A Formação Profissional De Nível Médio Na Área Da Saúde: A Modalidade Seqüencial Em Foco (2004 Texto 92);</i>
3. <i>A Formação Profissional Face À Reestruturação Industrial: Um Estudo De Caso Na Escola Técnica Federal Do Ceará (1995 Texto 36);</i>
4. <i>A Reforma E A Contra-Reforma Da Educação Profissional Brasileira (2004 Texto 102);</i>
5. <i>A Relação Entre Trabalho E Educação Básica: Elementos De Um Consenso Interessado (Texto 113);</i>
6. <i>Alunos Do Noturno: Quem São Estes Trabalha -Dores. (1995 Texto 35);</i>
7. <i>As Políticas Do Ensino Técnico Federal Na Perspectiva De Um Estado De Classe (1995 Texto 31);</i>
8. <i>Classe Social E Relações De Gênero Na Análise Do Trabalho Docente (1995 Texto 55);</i>
9. <i>Cultura Do Trabalho Escolar: A Força Do Imaginário Social (1996 Texto 18);</i>
10. <i>Docência E Trabalho: Reflexões Sobre O Papel Da Prática De Ensino (2000 Texto 34);</i>
11. <i>Ensino Técnico No Cefet-Mg: Como Os Alunos - Egressos Do Curso De</i>

- Mecânica Vêm O Processo - Relação Da Prática Com O Discurso Teórico. (1996 Texto 15);*
12. *Formação De Técnicos Em Agropecuária: Currículos Como Instrumento De Políticas Públicas De Regulação (2004 Texto 107);*
 13. *Formação E Destinação Profissional: Trajetórias De Alunos Do Curso De Mestría Da Escola Industrial De São Carlos (2003 Texto 76);*
 14. *Ideologia Neoliberal, Gestão Escolar E Trabalho Docente (2003 Texto 83);*
 15. *Novas Tecnologias Educacionais Na Sala De Aula: Implicações No Trabalho Docente (2001 Texto 59);*
 16. *O Ethos Empresarial Na Educação Escolar: Novos Dispositivos, Novas Subjetividades (2001 Texto 12);*
 17. *O Sujeito Subjacente Às Diretrizes Curriculares Do Ensino Médio: De Quem Se Fala? (Texto 124);*
 18. *Os Princípios Unitários Na Escola Técnica Do Mst (2001 Texto 51);*
 19. *Pensamento Pedagógico Industrial (1998 Texto 48);*
 20. *Reestruturação Educacional, Neoliberalismo E O Trabalho Docente (1996 Texto 57);*
 21. *Sonho E Realidade Do Licenciado No Mercado De Trabalho (1996 Texto 24);*
 22. *Trabalhadores Infante-Juvenis De Escolas De Primeiro Grau Contribuindo Para Repensar O Currículo (1996 Texto 37);*
 23. *Trabalho E Educação No “Novo Ensino Médio”: Instrumentalização Da Estética Da Sensibilidade, Da Política Da Igualdade E Da Ética Da Identidade Na Lógica Do Capital. (2003 Texto 78);*
 24. *Trabalho, Estado E Escola – Crises Que Se Entrecruzam (2002 Texto 70).*

Fonte: CDs da Anped 1995-2004

Não obstante, debruçando-se sobre os trabalhos selecionados percebe-se que o GTTE toma a “Escola” em seus estudos, mas não a Escola Básica, como já advertia Arroyo, e também Kuenzer:

(...) embora tenhamos avançado significativamente, e com muita qualidade, na compreensão das dimensões pedagógicas das relações sociais e produtivas, contribuindo para a construção de uma nova teoria sobre a educação nesta etapa de reestruturação do capitalismo, há que indagar até que ponto ainda o mundo do trabalho tem sido seguido pelo necessário retorno à escola (KUENZER, 1998, p. 71).

A escola que o GTTE toma é a que se reponsabiliza pela Educação Profissional, como pode ser visto no quadro 20. A seguir a análise trabalha em cima desses pontos.

4.2.3.1. O Pouco Diálogo com a Educação Básica

Tanto para períodos anteriores quanto para os posteriores, todos próximos aos questionamentos de Arroyo (1998), o GTTE voltou-se à reflexão da educação formal, regular. Definitivamente, o GTTE não deixou de pesquisar a educação formal, a escola e o trabalho docente. Destarte, de que maneira fez isso?

As Escolas Técnicas de formação profissional foram as mais estudadas, porém, a Educação Básica num todo só foi em parte contemplada⁶³. O Ensino Fundamental, como modalidade específica, praticamente não foi estudada. O *trabalho como princípio educativo*, portanto, ficou muito mais para as escolas que tinham como princípio *a inserção imediata no trabalho*.

De forma similar ao que vimos na análise da “Nova” *Pedagogia da Fábrica*, muitos foram os trabalhos que preferiram o estudo de caso, agora sobre escolas, para denunciar como as escolas de formação profissional estariam se adequando aos interesses dos *homens de negócio* e à reestruturação proporcionada pelo Estado neoliberal. Os estudos do GT também preferiram as escolas que tratavam da educação profissional do setor industrial. Na escola básica, só o trabalho docente foi razoavelmente estudado. Enfim, o que os textos mais fizeram foi a denúncia de como os diferentes e atuais governos procuraram adequar a escola técnica à perspectiva do mercado capitalista.

Um outro ponto em especial diz respeito ao fato de que alguns dos textos que trataram da escola acabaram por tratar também de questões sobre o Estado capitalista. Novamente a marca dos estudos teóricos se impôs. Os estudos acabavam se concentrando no Estado e na sua relação com os interesses capitalistas. Essas reflexões têm um viés dominante, não mostra como a Escola concretamente reproduz ou não reproduz o Estado. A discussão geralmente se restringe às questões amplas de Estado, deixando a crítica da escola em muitos casos esvaziada em relação à crítica do Estado⁶⁴.

⁶³ Certamente para os “educadores críticos” tratar das Escolas Técnicas não significa distanciamento da Educação Básica, do Ensino Médio, por exemplo, mesmo porque um princípio teórico-político muito presente é a luta pela Escola Integral, pelo Ensino Médio Integrado (cf. FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005). Não obstante, chama a atenção na leitura do texto do GTTE que haja tão poucos trabalhos que tratem das demandas, especificidades da Educação Básica, ou das influências do mundo do trabalho sobre ela.

⁶⁴ Sem dúvida, a perspicácia da professora Acácia Kuenzer tem nos ajudado muito na reflexão deste estudo, por isso, vale mais esta citação: *Sem entrar no mérito da análise da qualidade da nossa produção (...), é importante considerar que não nos tornamos economistas, sociólogos,*

Portanto, ratifica-se o que Arroyo há tempos advertira: há poucos estudos sobre escola formal e, pode-se dizer, sobre os impactos que ela sofre do mundo do trabalho, para o ensino médio não-tecnológico, para a educação fundamental, para os outros segmentos e modalidades, para as realidades das escolas públicas quanto para as particulares etc. Na verdade, estes são estudos supostamente importantes para o GTTE, pois poderiam sustentar ainda mais um de seus posicionamentos político-ideológico, o de ter o *trabalho como princípio educativo*. O GTTE tem uma opção mais clara pela educação que trata do “trabalho imediato”, quer dizer a Educação Profissional (num sentido mais restrito).

4.2.3.2 A crítica ao governo

Muitos dos trabalhos do GTTE comentados perceberam que era necessário tratar junto às questões da escola também as questões do Estado (como vimos acima). Alguns dos trabalhos, conforme a crítica que fizemos, esvaziaram a crítica da escola quando se ativeram demasiadamente à reflexão clássica do Estado. Não obstante, outros trabalhos não se ativeram precisamente às questões do Estado, mas à crítica direta ao governo⁶⁵. Assim, os trabalhos se voltaram à análise de órgãos, documentos e ações governamentais, das políticas públicas propriamente ditas. Não obstante, não foi um tema que teve *presença determinante ou significativa*, mas apenas *presença razoável* (ver quadro 17).

Quadro 21 Seleção de trabalhos que dialogam com o Governo

Trabalhos que trataram de questões de governo
1. <i>A Educação Profissional Sob A Ótica Da Mediação E Da Ruptura: Reflexões Sobre O Planfor</i> (2000 Texto 32);
2. <i>A Qualificação Profissional Como Instrumento De Regulação Social: Do Planfor Ao Pnq</i> (2004 Texto 94);
3. <i>A Racionalidade Econômica E A Política Educacional Em São Paulo</i> (Texto 50);
4. <i>Considerações Sobre A Produção Do Conhecimento Científico Nas Universidades Brasileiras, A Política De C&T E A Inovação</i> (Texto 84);
5. <i>Cursos Tecnológicos – Emergência De Uma Nova Regulação</i> (2004 Texto 91);
6. <i>Ensino Médio E Educação Profissional – Reformas Excludentes</i> (2001 Texto

administradores, cientistas políticos, mas muitos de nós perderam sua identidade de pesquisadores em educação (1998, p. 71).

⁶⁵ *A noção do estado – não obstante as interpretações diferentes e opostas (...) – é geralmente vista como sendo mais ampla do que a noção de governo. O Estado envolve as ações do governo, mas não pode restringir-se a ela.* (TORRES, 2001, p. 31).

- 10);
7. *Qualificação : O Mito Da Integração Social. Políticas Públicas E Educação Profissional No Estado De São Paulo: Aspectos Inovadores E Pontos Críticos (Texto 118);*
 8. *Reestruturação Produtiva, Estado E Educação No Brasil De Hoje (2001 Texto 22);*
 9. *Relação: Educação, Trabalho E Cidadania (2000 Texto 64);*
 10. *Trabalho, Estado E Escola – Crises Que Se Entrecruzam (2002 Texto 70).*

Fonte: CDs da Anped 1995-2004

De maneira geral, os textos do GTTE foram críticos ao governo (num sentido *lato* mesmo, a parte integrante de maior visibilidade política dentro do Estado). O governo é geralmente identificado com o ideário neoliberal, antipopular, ligado à classe dominante, voltado às elites. Alguns dos textos, mostraram como as ações do governo, que muitas vezes se apresenta como isento, traziam implícitas os interesses dos homens de negócios. O trabalho de Flávio Anício Andrade explicita bem esta idéia

Não temos dúvida de que entre a demanda empresarial relativa à necessidade da formação do “novo trabalhador” e a ação do Estado brasileiro na década de noventa referente ao campo educativo-formativo existe uma íntima relação (ANDRADE, 2002).

Embora com baixa presença, a crítica foi o que mais apareceu nos trabalhos que tratavam de questões da relação da escola com as políticas públicas e ações governamentais. Em momentos raros, junto da crítica, os textos são propositivos. Mais uma vez, os questionamentos a fazer se assentam na proximidade dos discursos, na válida, mas insistente denúncia dos interesses dos homens de negócio, na falta de estudos sobre propostas e experiências dos educadores críticos e trabalhadores, etc⁶⁶.

4.2.4 Os textos com temas dissonantes

Esta pesquisa, desde seu início, tem procurado buscar as contradições internas às próprias escolhas do GTTE, através de questionamentos. E estrategicamente começou (nos itens anteriores) com aqueles assuntos e procedimentos que tiveram *presença determinante ou significativa*. Agora, a análise recairá sobre os textos que tiveram *pequena ou mínima presença*.

⁶⁶ Flávio Anício Andrade, em entrevista que nos ofereceu, alertou sobre essa tendência ao “denuncismo” pelo GTTE, cf. capítulo 4.

4.2.4.1 Setor Terciário e Setor Primário

O GTTE praticamente não estuda o setor terciário, o setor de serviços, embora hoje este setor abarque a maioria dos trabalhadores: 80% da PEA – População Economicamente Ativa (EXAME, 2003). A análise sobre a preferência pelo setor industrial mostrou em parte as opções do GT.

Não obstante, autores importantes para a área de TE, Trabalho e Educação, cada vez mais reconhecem a necessidade de se dar uma atenção maior a esta enorme massa de trabalhadores do setor terciário. E dentro da perspectiva marxista:

(...) para avançarmos nesse desenho mais geral do que é classe trabalhadora hoje, é preciso dizer que ela engloba também o conjunto dos *trabalhadores improdutivos*, novamente no sentido de Marx. Aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviços, seja para *uso público*, como os serviços públicos tradicionais, seja para *uso capitalista* (ANTUNES, 2003, p.197).

A seguir alguns dos poucos textos que tratam do setor terciário (excetuando-se a escola, já analisada):

Quadro 22 Seleção de trabalhos que tratam do setor de serviços

Trabalhos que tomaram o setor terciário
1. <i>A Cultura Do Trabalho Em Uma Instituição De Saúde Sônia Da Silva Mesquita (Texto 19);</i>
2. <i>A Formação Profissional De Nível Médio Na Área Da Saúde: A Modalidade Seqüencial Em Foco (Texto 98);</i>
3. <i>A Qualificação No Novo Contexto Da Automação E Flexibilização Do Trabalho: Um Estudo No Setor Bancário (Texto 21);</i>
4. <i>Formação De Recursos Humanos Para A Saúde: Antigos Problemas, Novos Desafios. (Texto 77);</i>
5. <i>Políticas De “Capacitación” De Los Trabajadores Públicos En El Marco De La Reforma Del Estado En Argentina (1991-1995): Formación Profesional O Búsqueda De Consenso?(Texto 49);</i>
6. <i>Trajetórias De Bancários: A Qualificação Profissional Como Construção Social. (Texto 13).</i>

Fonte: CDs da Anped 1995-2004

O GT praticamente não estuda temas relacionados às atividades dos setores terciário e primário (nem mesmo quanto a formação/educação profissional). Quer dizer, o GT tem preferência pelo estudo dos setores industriais de ponta e, no caso da educação formal, prefere as escolas técnicas do setor industrial e tecnológico⁶⁷. Os estudos incidem menos sobre as escolas de formação profissional em áreas

⁶⁷ Também em entrevista, Marlene Ribeiro (coordenadora do biênio 2005-2006) apontou que há preferência por parte do GTTE pelos outros setores não-industriais.

como a biomédica, técnico-administrativa, da própria educação (que não se limita à continuada e nem somente a dos docentes), da artística, das escolas agropecuárias, das escolas militares, etc.

Nos poucos trabalhos que trataram do setor de serviços houve uma presença um pouco maior da área da Saúde e do setor Bancário. As hipóteses para estas escolhas podem estar relacionadas, por exemplo, ao tamanho da área de saúde ou como à tradição sindical do setor bancário. De qualquer forma, não pertence ao escopo dessa análise verificar essas hipóteses, mesmo porque o que chama nossa atenção é exatamente o contrário: perceber quanto essas áreas do setor terciário foram pouco enfatizadas pelo GTTE. O trabalhador do comércio, dos transportes, da administração pública, do turismo, da área de divertimento não apareceu no GTTE. Mesmo que se assuma a centralidade do setor industrial, haveria razões de sobra para que as pesquisas se debruçassem para *além da fábrica*⁶⁸, até para o entendimento da rede que o setor produtivo estabelece.

(...) nos anos 80 [pesquisas contribuíram para] perceber que a expansão dos novos serviços estaria refletindo, em grande parte, a permanência da importância da indústria. Assim, a expansão do setor de serviços não expressaria a superação do setor industrial – ao contrário (POCHMANN, 2002, p. 42).

Estudar o setor de serviços deveria, no mínimo, ser visto como complementar ao setor industrial. Quer dizer, o desprestígio do setor de serviços é uma contradição do GT (talvez até da área...).

Quando o GT optou por assumir a centralidade do trabalho para a educação – na própria denominação do GT – acabou permitindo e necessitando, por princípio, das mais variadas pesquisas sobre questões que envolvessem o trabalho e os trabalhadores. O leque de estudos do GT até se ampliaria. Mas, na prática não foi isso que ocorreu. Os estudos do setor de serviço, então, deveriam ser igualmente prestigiados, já que é também um setor em desenvolvimento, que também sofre com o incremento da “nova economia”⁶⁹, que também passa por mudanças profundas e as mais discrepantes relações.

(...) que se pode observar um processo múltiplo: de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, manual, especialmente (mas não só) nos países de capitalismo

⁶⁸ Cf. SANTANA & RAMALHO, 2003.

⁶⁹ Por volta de 1994 se começou a falar no aparecimento de uma “nova economia” dentro do sistema capitalista. (...) que os países mais ricos do mundo introduziram na linguagem oficial e na imprensa mundial a noção de uma “sociedade global da informação” (FIORI, 2001, p. 46).

avançado. Por outro lado, ocorreu um processo intensificado de subproletarização, presente na expansão do trabalho parcial, precário, temporário, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado. Efetivou-se também uma expressiva “terceirização” do trabalho em diversos setores produtivos, bem como uma enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; (...) (ANTUNES, 2003, p. 211).

E mais, o setor de serviços é um setor heterogêneo, importante para a reflexão da formação profissional, pois trata tanto de questões sobre qualificação profissional na sua forma simplificada, fragmentada até a mais complexa.

(...) parece haver uma polarização de empregos nos países industrializados e pós-industrializados, com declínio na proporção dos empregos qualificados na indústria, aumento dos empregos em alta tecnologia, muito qualificados, com base na ciência e nos serviços de informação e saúde, e aumento dos empregos em serviços de baixa qualificação, especialmente os de limpeza, segurança e atividades de lazer (...) (CARNOY, 2004, p.17).

No GT, o maior problema não foi colocar os estudos do setor terciário em segundo plano, mas sim o fato de que este setor é significativamente menos estudado que o setor secundário, quando seriam necessários mais estudos sobre o setor terciário para se fazer uma análise macro e/ou conjuntural da realidade do trabalho no Brasil.

O setor primário é o menos presente no GTTE. Em parte, isto se justifica pelo reconhecimento de que este é um setor subsumido ao setor de transformação, no qual existe um número menor de trabalhadores, “localizado” no campo, lugar que a sociedade capitalista submeteu à realidade urbano-industrial.⁷⁰ Até mesmo o Brasil experimentou esta “revolução”:

O Brasil constitui uma das experiências mais exitosas de transformação do seu sistema produtivo no século 20. De uma grande fazenda geradora e exportadora de produtos primários até os anos 30 assumiu a posição de oitavo produtor industrial mundial, no fim da década de 1970 (POCHMANN, 2002, p.157).

Não obstante esta realidade, é de se estranhar que as questões que envolvem a economia do setor primário praticamente não foram estudadas no GT, também um lugar importante para a compreensão do trabalho e da formação profissional no Brasil. O Brasil é um dos maiores exportadores de grãos do mundo, e ainda mantém 15,6% da mão-de-obra na agropecuária (cf. EXAME, 2003), em que pese

⁷⁰ *A burguesia submeteu o campo à cidade. Criou grandes centros urbanos; aumentou prodigiosamente a população das cidades em relação à dos campos e, com isso, arrancou uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural* (MARX E ENGELS, 1968, p. 27).

o convívio com a realidade precarizada dos bóias-frias com a da grande agropecuária que necessita de investimentos tecnológicos e trabalhadores de várias qualificações. Em muitos casos, as atividades da agropecuária estão ligadas em rede com as da indústria. E as questões sobre o trabalho extrativista não são poucas para a realidade brasileira. A demanda por pesquisa nestes setores também existe, há muitas questões sobre exploração do trabalho, sobre preservação do meio ambiente, etc. e clamam por novas reflexões dos pesquisadores⁷¹.

4.2.4.2 A Terceirização, as micro e médias empresas, o Terceiro Setor, trabalho informal e o desemprego

Outros temas estão praticamente ausentes no GTTE, tais como a terceirização, as micro e médias empresas, o terceiro setor, as cooperativas de produção e de trabalho, o trabalho informal, o desemprego; ausências também importantes para entender a produção acadêmica do grupo. Estes tipos de estudos não estão entre as principais escolhas do GTTE, apesar do entendimento de muitos autores, que vêem a importância desses temas para a área de TE e da sociologia do trabalho.

Nas duas últimas décadas do século 20, a participação das micro e pequenas empresas na geração de emprego e renda passou a ser crescente, na marcha do processo de reestruturação das grandes empresas. Com as mudanças organizacionais e tecnológicas, através da terceirização do processo produtivo, estabelecimento de redes de produção, *just in time*, subcontratação de mão-de-obra, reengenharia, programas de qualidade total entre outros, as micro e pequenas empresas foram sendo reconhecidas como portadoras de modernidade, principal objeto de referência do novo paradigma técnico produtivo (POCHMANN, 2002, p.49).

Num livro com um título sugestivo, *Os fios (in)visíveis da produção capitalista*, a professora Maria Augusta Tavares (op. cit.) mostra que os temas em questão precisam de novas análises, porque no capitalismo pós-90 confirmou-se que eles não se alojam mais na realidade marginal do sistema, mas participam de sua própria estrutura. Percebe-se isso quando na reflexão que a autora faz sobre o trabalho informal:

Nesta pesquisa, a percepção da informalidade é apreendida pelo aviltamento ainda maior do trabalho assalariado submetido aos

⁷¹ Uma das hipóteses sobre o fato de termos tão poucos estudos sobre o setor primário pode estar ligada ao lugar que se encontram os intelectuais e pesquisadores da área, estudo que faremos num outro momento.

processos de terceirização, e pela ausência dos direitos trabalhistas vigentes em relações de trabalho que têm sido metamorfoseadas em relações mercantis, embora o conteúdo das mesmas continue caracterizando a compra e venda da força de trabalho. Não se trata de assalariamento ilegal, mas de formas de trabalho ditas autônomas, consentidas pelo Estado, que são, na verdade, subordinadas ao comando direto do capital e funcionam enquanto parte de sua organização produtiva (TAVARES, 2004, p. 10).

De qualquer forma, o GTTE tem em seu acervo poucos trabalhos com esta temática, como pode ser percebido no quadro 23.

Quadro 23 *Seleção de trabalhos que tratam do Terceiro Setor*

Trabalhos que estudaram o terceiro setor, as cooperativas de produção e de trabalho, o trabalho informal, o desemprego
<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>A Formação Do Trabalhador Disciplinado (Texto 39);</i> 2. <i>Criança-Trabalhadora: A Práxis Na Rua (Texto 16);</i> 3. <i>Inserção Profissional E Imaginário Social [trata a questão do desemprego] (Texto 109);</i> 4. <i>Ongs E Educação Profissional: Uma Análise Crítica Das Diretrizes Pedagógicas Pautadas Na Resolução N. 194 De 23/09/1998 Do Codefat (Texto 99);</i> 5. <i>Qualificação E Novas Formas De Controle Da Força De Trabalho No Processo De Reestruturação Da Indústria Brasileira: Tendências Dos Últimos Vinte Anos (Texto 56);</i> 6. <i>Qualificação Profissional E Terceirização Da Força De Trabalho: Estudo No Setor Petroquímico Da Bahia (Texto 95);</i> 7. <i>Vivência De Pessoas Desempregadas E O Significado Do Desemprego No Capitalismo: Elementos Para Uma Reflexão Crítica (Texto 85);</i>

Fonte: CDs da Anped 1995-2004

Ratifica-se, o GTTE não prioriza esses assuntos do terceiro setor do mundo do trabalho, apontados por muitos autores como importantes para o entendimento da realidade do trabalho.

Alternativa *limitadíssima* para repor as perdas de postos de trabalho causadas pela vigência da lógica destrutiva da sociedade contemporânea, o “terceiro setor” tem, entretanto, merecido reflexão em diversos países. Especialmente EUA e Inglaterra, onde é também um exemplo da exclusão do trabalho do sistema produtivo, em função do aumento do *desemprego estrutural*, uma vez que o “terceiro setor” incorpora uma parcela relativamente pequena daqueles trabalhadores que são expulsos do mercado de trabalho capitalista (ANTUNES, 2003, p. 113).

Outro desses assuntos praticamente inexistentes nos textos do GTTE é a questão do desemprego. Embora seja também um assunto tido por muitos pesquisadores do mundo do trabalho como imprescindível ao entendimento da realidade dos trabalhadores, atualmente.

O que parece estar em jogo quando se leva em conta essa multiplicidade de formas de subutilização do trabalho? O fato de que o desemprego não apenas aumenta o seu volume e diversifica a sua forma, mas atinge desigualmente os indivíduos segundo as suas características de sexo, idade, categoria socioprofissional e escolaridade, variáveis tão caras à análise sociológica e sociodemográfica das desigualdades (GUIMARÃES, 2003, p. 189).

Em nosso estudo dos textos do GTTE, somente dois deles focalizam a questão do desemprego, o que mostra que o GTTE ainda está num movimento incipiente em relação ao tema. Os dois trabalhos são recentes. O primeiro é de 2003 e o segundo de 2004, o que pode sugerir uma nova tendência de análise que poderá ser acompanhada nos próximos anos. Não obstante, as características da década de 90⁷² levantaram expectativas sobre um lugar de maior prestígio nas pesquisas que formam parte do GTTE para o tema desemprego. Hoje, cresce a percepção de que não somente o posto de trabalho, mas também o momento do desemprego demanda qualificação, o que resulta não apenas do questionável conceito de “empregabilidade”⁷³, mas ainda de outras “realidades” do trabalho, como o trabalho temporário, o trabalho por demanda, o trabalho em casa, etc,⁷⁴ e que também pode ser percebido pelos inúmeros programas governamentais a respeito⁷⁵.

Voltando-se à questão do “Terceiro Setor” e de que forma este vem se tornando importante para a economia num todo, há pouco mostramos como alguns autores, como Antunes, vêem a necessidade de entendimento deste setor, ainda que com ressalvas e desconfianças. Assim, também é interessante apontar a pouca presença do GTTE de estudos sobre as ONGs – as Organizações Não Governamentais (parte importante do Terceiro Setor). As ONGS hoje participam dos mais variados espaços e modalidades educativas, inclusive da educação profissional, mas por enquanto é um tema desprestigiado no GT.

(...) é então possível assistir o surgimento de uma série de instituições – como as ONGs – que, em seu conjunto, exerce um papel de mediação entre coletivos de indivíduos organizados e as instituições do sistema governamental. Trata-se do “terceiro setor”, que passa a ocupar um espaço entre o mercado e o Estado,

⁷² Cf. FIORI, 2001

⁷³ Segundo Rodrigues (1998), empregabilidade é: *a capacidade de estar apto a se integrar, caso seja necessário, ao reduzido espaço do emprego, cada vez mais precário.*

⁷⁴ Cf. SENNETT, 2001; HARVEY, 1996; etc.

⁷⁵ Cf. BRASIL, s/d.

marcando a existência de uma esfera entre o público e o privado, isto é, uma esfera pública não-estatal.(...)

No campo da educação profissional, a participação das ONGs ocorre de maneira mais expressiva a partir de 1995, com a implementação do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) (...) (DELUIZ *et al.*, 2004, p. 26-27).

Não dá para dizer que, no GTTE, há assuntos proscritos, mas certamente há assuntos pouco enfatizados. E o interessante é que aparecem pouco até mesmo para receberem críticas ou serem problematizados, ainda que a realidade e diferentes estudiosos mostrem a necessidade de outras orientações.

4.2.4.3 História, análise macro e conjuntural, os estudos de (um) caso

Os trabalhos históricos praticamente não existem no GTTE. Trabalhos que trazem a história da educação profissional, ou da realidade do trabalho e do trabalhador no Brasil em um determinado período, ou do desenvolvimento da indústria brasileira, ou de experiências no mundo do trabalho, etc. não são tratados de forma sistemática no grupo, apesar de, historicamente, estar em uma das diretrizes dos estudiosos da área TE⁷⁶:

Educação e trabalho: teoria e história

[Sub-item 2] Evolução histórica do conceito de trabalho: - evolução do conceito de trabalho a partir das práticas produtivas e das lutas sociais; (...)

[Sub-item 3] A relação trabalho e educação: - análise histórica da relação trabalho e educação; (...)

[Sub-item 4] Reconstrução histórica da relação trabalho e educação: - a relação entre as políticas de trabalho, as políticas educacionais e as propostas pedagógicas; - a questão cultural do trabalho (o plano simbólico); - trabalho e ideologia; - as estratégias de articulação entre educação e trabalho desencadeadas pelo Estado, pelo patronato e pelos trabalhadores; a relação destas estratégias com as políticas para o setor; as propostas pedagógicas embutidas nestas estratégias (Kuenzer, 1991: 97-98).

Análise histórica das políticas de profissionalização definidas pelo Estado e das práticas adotadas pelas agências/instituições, à luz do movimento do capital, dos processos de trabalho e das reivindicações dos trabalhadores (ibid.: 99).

⁷⁶ Em fevereiro de 1986, quando Kuenzer assumiu a Coordenação de Educação e Trabalho no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, com a responsabilidade de elaborar um programa de pesquisa para a área, organizou um Encontro de Pesquisadores que deveria, a partir de uma discussão da produção na área, identificar as lacunas com o objetivo de propor temas para investigação. Este Encontro, que durou quatro dias durante o mês de abril, em função de sua peculiaridade, acabou por se tornar um marco importante para os pesquisadores na área. (KUENZER, 1991, p. 91)

Análise histórica do desenvolvimento do processo de produção e suas relações com a educação do trabalhador (ibid.: 101).

Destacamos os seguintes trabalhos “históricos” do GTTE, no quadro 24.

Quadro 24 *Seleção dos trabalhos históricos*

Trabalhos que se propunham históricos
1. <i>A Competência E A Qualificação: Conceitos Historicamente Construídos Para Atender Interesses De Classe (Texto 79)</i> ;
2. <i>Ensino Profissionalizante Na Cidade De São Paulo: Um Estudo Sobre O Currículo Da “Escola Profissional Feminina” Nas Décadas De 1910, 1920 E 1930. (Texto 101)</i> ;
3. <i>Meninos Vadios: Reeducação E Maioridade Penal Aos Nove Anos De Idade. Rio De Janeiro, 1900-1910 (Texto 88)</i> ;
4. <i>O Fio Da História: A Gênese Da Formação Profissional No Brasil (Texto 43)</i> ;
5. <i>O Fio Da História: A Gênese Da Formação Profissional No Brasil (Texto 129)</i> ;
6. <i>Qualificação E Novas Formas De Controle Da Força De Trabalho No Processo De Reestruturação Da Indústria Brasileira: Tendências Dos Últimos Vinte Anos (Texto 56)</i> .

Fonte: CDs da Anped 1995-2004

Poucos foram os trabalhos em que a abordagem histórica foi o cerne. Dos seis trabalhos identificados no quadro 24, dois deles resgatam a memória do início do século. Enquanto os demais se utilizam apenas de uma breve historicização para o entendimento de conceitos ou realidades do presente. De qualquer forma, é surpreendente encontrar um número tão reduzido de análises históricas num grupo de perfil marxista⁷⁷.

Dentre as características observadas, uma também chama a atenção, por ter tido pouca presença, e, principalmente, por ser o contraponto a todas as outras. Trata-se dos trabalhos que apresentam “análises macro ou conjunturais”. Entendemos como sendo “análise macro ou conjuntural⁷⁸” toda aquela que reflita o mundo do trabalho de forma mais horizontal, mais panorâmica, que intermedeia os trabalhos

⁷⁷ Em que pese à necessidade de qualificar algumas denúncias, corroer visões reificadas através da história, valem as palavras de Hobsbawm no livro “Era dos Extremos”: *Não sabemos para onde estamos indo. Só sabemos que a história nos trouxe até aqui e porquê (...). Contudo, uma coisa é clara. Se a humanidade quer ter um futuro reconhecível, não pode ser pelo prolongamento do passado ou do presente. Se tentarmos construir o terceiro milênio nessa base, vamos fracassar. E o preço do fracasso, ou seja, a alternativa para uma mudança da sociedade, é a escuridão.* (1995, p. 562)

⁷⁸ Tomamos como análise conjuntural aquela que é intermediária entre a análise da estrutura e a análise do caso (ou do fato), em que *os fatores conjunturais são resultantes da performance de determinados indicadores que podem assumir comportamentos cíclicos, dentro das possibilidades técnicas determinadas pela estrutura* (FIDALGO; MACHADO, 2000, p. 67).

teóricos e os trabalhos empíricos, que faz estudos comparados e se utiliza de dados estatísticos mais amplos. Esta seria, aliás, uma das metas estabelecidas por pesquisadores da área de TE:

A análise da questão da relação trabalho/profissionalização [por exemplo] evidenciou a necessidade de um mapeamento indicativo da situação atual da formação profissional no país (...). A ênfase deste mapeamento deverá residir no seu aspecto qualitativo, de modo a revelar a natureza e as articulações sociais mais amplas, das agências/iniciativas de formação profissional, o que exigirá o enfrentamento de alguns problemas conceituais mediante a explicitação de categorias básicas de análise (KUENZER, 1991, p. 94).

Destacamos os trabalhos com essas características no quadro 25.

Quadro 25 *Seleção de trabalhos que fizeram uma análise macro*

Trabalhos que fizeram análises conjunturais ou macro
1. <i>(Con)Formação Para Um Trabalho Competente: A Reforma Do Ensino Médio No Brasil (1998-2002) (Texto 93);</i>
2. <i>A Formação Do Trabalhador Disciplinado (Texto 39;)</i>
3. <i>A Formação Profissional Negociada: França E Brasil, Anos 90 (Texto 114;)</i>
4. <i>Exclusão Social E Marginalidade:Um Estudo Sobre Educação, Trabalho E Reestruturação Produtiva Na Revista Educação E Sociedade Nos Anos 90 (Texto 75);</i>
5. <i>Formação Profissional Para O Trabalho Incerto Um Estudo Comparativo Brasil,México E Itália (Texto 25);</i>
6. <i>Projetos Em Disputa: Empresários ,Trabalhadores E A Formação Profissional (Texto 3);</i>
7. <i>Reestruturação Produtiva, Estado E Educação No Brasil De Hoje (Texto 22);</i>
8. <i>Trabalho, Estado E Escola – Crises Que Se Entrecruzam (Texto 70).</i>

Fonte: CDs da Anped 1995-2004

Há poucos trabalhos no GTTE que realizam uma análise panorâmica. Para nós, este é um dos pontos mais emblemáticos com que este estudo se deparou; um tipo de estudo importante, pois talvez pudesse contribuir no problema de distanciamento entre os trabalhos teóricos e os empíricos⁷⁹. Acrescenta-se a isso, que os trabalhos empíricos foram muito marcados por “estudos de (um) caso”⁸⁰,

⁷⁹ *Afirmar, portanto, que se quer trabalhar sobre a quantidade, que se quer desenvolver o aspecto "corpóreo" do real, não significa que se pretenda esquecer a "qualidade", mas, ao contrário, que se deseja colocar o problema qualitativo da maneira mais concreta e realista, isto é, deseja-se desenvolver a qualidade pelo único modo no qual tal desenvolvimento é controlável e mensurável (GRAMSCI, 1981, p.50).*

⁸⁰ A maior parte desses trabalhos estuda apenas uma indústria, uma escola, uma instituição... Não necessariamente põe-se como um “Estudo de Caso” nos moldes da etnografia, mas concretamente estudam um (1) caso. Tomemos a seguinte definição: *O Estudo de caso é um método de pesquisa que se concentra em um único caso, e não em um censo de população ou numa amostra representativa (JOHNSON, 1997).*

apesar da expectativa e, pode-se dizer, da necessidade, de estudos mais amplos⁸¹. Talvez, aqui esteja a principal contradição da produção do GTTE. Esse acervo se polariza entre, de um lado, trabalhos teóricos empenhados na revisão do marxismo e, do outro lado, trabalhos empíricos concentrados nos estudos de caso da indústria e de seu trabalhador. Parece que falta exatamente a “mediação”.

4.2.4.4 Temas à margem, questões raciais, de gênero...

Os questionamentos sobre a produção do GTTE, em sua maioria, foram feitos próximos às suas contradições⁸², sobre aquilo que se esperava encontrar e não se encontrou, sobre as justificativas feitas em bases teórico-empíricas questionáveis dentro dos próprios parâmetros e paradigmas do grupo, em relação a posicionamentos, abordagens, etc. Porém, há alguns temas à margem no GTTE, que não necessariamente estão ligadas à alguma contradição, mas que podem revelar alguns pontos de sua identidade, que podem ajudar em sua avaliação, no seu entendimento. Na verdade, não dá para exigir que o GTTE dê “conta de todos os temas”, por isso, até aqui, este estudo tentou fazer questionamentos sobre aqueles pontos que advieram de expectativas engendradas pelo próprio GTTE, preferencialmente, a partir de seus autores-referência.

Assim, há temas que estão ligados ao mundo do trabalho, praticamente ausentes no GTTE, como, por exemplo: as questões ligadas à raça/etnia, as questões ligadas ao gênero, ao trabalho infantil, etc.

Quadro 26 Seleção de trabalhos “dissonantes”

Trabalhos com temas à margem
1. <i>Classe Social E Relações De Gênero Na Análise Do Trabalho Docente (Texto 55);</i>
2. <i>Criança-Trabalhadora: A Práxis Na Rua (Texto 16);</i>
3. <i>Relações Raciais E De Gênero, Trabalho E Educação Na Rms (Texto 26);</i>

Fonte: CDs da Anped 1995-2004

⁸¹ Kuenzer em alguns momentos chegou a se posicionar bastante crítica a determinados trabalhos empíricos: (...) *muitos trabalhos que se desenvolvem a partir de recortes empíricos bem definidos não ultrapassam a dimensão fenomênica, também não dando suporte às intervenções, por não captarem as determinações mais gerais que permitem compreender os fenômenos ou representações observadas, posto que frutos de uma prática fragmentada e parcial. Muitos dos trabalhos deste tipo não passam de descrições, que não permitem a compreensão das articulações entre parte e totalidade, e, neste sentido, também não ultrapassam o caráter contemplação da produção.* (1998, p. 61)

⁸² Novamente a contribuição de Bottomore (2001): entendemos as “contradições” como sendo aquelas escolhas, encaminhamentos, orientações que romperiam com uma própria percepção *a priori* do grupo, lógica ou expectativa do grupo.

As hipóteses sobre o desprestígio desses temas no GTTE podem ser várias. Nossa análise da produção do GTTE levou em conta a hipótese de que as escolhas (e as ausências) do GTTE são influenciadas pela tradição teórico-analítico-metodológica (e não pela “realidade”).

Vale, como exemplo, trazer a contribuição de uma importante referência da área, Helena Hirata, para mostrar que novos temas urgem e demandam por novas análises, como a questão de gênero:

(...) a figura central e arquetípica sempre foi a do operário do sexo masculino da grande empresa industrial. Pesquisas suscitadas pelo crescimento do setor terciário e pelo desenvolvimento espetacular do trabalho feminino nos serviços e no comércio, assim como a diminuição regular [ela se refere à França, mas sua reflexão não se restringe a este país] do número de operários na estrutura social contribuíram para abalar essa figura arquetípica (HIRATA, 2003, P. 16).

Hirata mostra que houve uma mudança significativa na realidade, de tal modo que as pesquisas precisam ficar atentas para contemplar novas realidades, que possam ir além da figura arquetípica do operário masculino da indústria – figura sobre a qual o GTTE se debruçou mais.

No capítulo um, vimos que para o GTTE há temas que seriam “menores”, na verdade isso é um pressuposto para qualquer espaço, para qualquer concepção teórica ou de mundo. Entre os autores-pesquisador do GTTE e para sua perspectiva teórica hegemônica não poderia ser diferente. O que não se pode é perder isso de vista, pois se a realidade não é apreensível de uma vez por todas e é mutável, o que seriam temas maiores ou temas menores também pode modificar com o tempo ou precisa de novas argumentações. Há determinados temas na teoria marxista que são desprestigiados, porque a própria teoria não os vê como centrais, ou mais, se oporiam a categorias básicas do marxismo. Veja-se, por exemplo, a questão da raça:

Os conceitos de raça e de relações raciais estão necessariamente entre os que parecem suspeitos aos sociólogos marxistas. De um lado, eles parecem sugerir explicações biológicas ou, pelo menos, culturalistas dos fenômenos sociais e institucionais. Por outro lado, parecem referir-se a formas de vínculo social em certos contextos políticos, as quais competem com as que se originam das formações de classes. Uma explicação marxista da raça como fator atuante na política tem, portanto, de voltar-se para as relações que existem entre o que se pode considerar como relações institucionais normais com origem na formação de classes e os

tipos de situação nas quais entende-se estarem em jogo “relações raciais” (BOTTOMORE, 2001, p. 310).

A citação do dicionário de Bottomore nos permite refletir que a ausência do tema que trata a questão da raça no GTTE encontra respaldo na teoria marxista⁸³. Para o marxismo, questões de gênero, raça, exploração infantil, etc. (e porque não dizer da escola) estão subsumidas à questão da classe social. A pergunta que pode ser feita é a seguinte: ainda que esses temas sejam tratados de forma subordinada à questão da classe social, num marxismo ortodoxo ou não, pode-se abrir mão de seus estudos?

4.2.4.5 A Contra-hegemonia

Aqui indicamos como “contra-hegemônico” o que está em consonância à seguinte passagem da Kuenzer:

Encontrar formas viáveis para enfrentar concretamente a questão da educação do trabalhador que é cidadão, aproveitando as contradições que o processo pedagógico capitalista apresenta e tentando romper com o seu círculo de dominação, é uma tarefa política da maior relevância, a ser assumida coletivamente pelos trabalhadores e pelos intelectuais comprometidos com seus interesses (KUENZER, 2002, p. 199).

Os trabalhos de crítica que o GTTE trouxe, desde os teóricos quanto os que denunciavam a “Pedagogia da Fábrica” poderiam até certo ponto ser também agrupados no que seria o conceito de contra-hegemonia⁸⁴, porém, aqui estamos agrupando aqueles que trouxeram uma pesquisa voltada às experiências de resistência ou renovadoras dos próprios trabalhadores ou às diferentes proposições e realizações de formação alternativa à perspectiva dominante. Destacamos os seguintes:

⁸³ Tem respaldo, mas não unanimidade; vale a citação a seguir: *denúncia* [de que o marxista se opõe à questão de gênero] *difundi-se rapidamente dentre as e os estudiosos antimarxistas e até mesmo dentre simpatizantes de Marx, incapazes de reformular conceitos antigos e/ou formular novos. (...) O objetivo era encontrar defeitos no marxismo, o que não é difícil, como não o é nos demais construtos mentais formulados da óptica patriarcal. (...) Por que Marx foi escolhido? Raízes ideológicas não faltam. (...) Mas Freud também não é um pensador dominante? Muito mais misógino que Marx, Freud foi, a meu ver, muito menos atacado que o primeiro. Mais do que isto, nunca li que as categorias freudianas são cegas para o gênero. (...) Por que, então, se rejeitam alguns conteúdos da obra de Freud, sem colocá-los em xeque do ângulo epistemológico? (...) E Marx? Muito menos* (SAFFIOTI, 2005).

⁸⁴ (...) *embora submetido às estruturas e, particularmente, às estruturas econômicas [o homem utiliza] ao mesmo tempo o conhecimento dessas estruturas para criar outra ordem social, ou como Gramsci diz, "para gerar novas iniciativas"* (COUTINHO, 1996, p. 31).

Quadro 27 Seleção de trabalhos que tratam de experiências contra-hegemônicas

Trabalhos sobre experiências contra-hegemônicas
<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>A Formação Integral Do Trabalhador Como Ponto De Partida Para Sua Qualificação Profissional – A Experiência Do Programa Integrar Da Confederação Nacional Dos Metalúrgicos - Cnm/Cut (Texto 81);</i> 2. <i>A Qualificação Profissional Do Ponto De Vista De Trabalhadores Da Indústria (Texto 68);</i> 3. <i>A Reforma E A Contra-Reforma Da Educação Profissional Brasileira (Texto 102);</i> 4. <i>Assentamentos Do Mst E Identidade Coletiva (Texto 74);</i> 5. <i>O Saber Em Trabalho: A Experiência De Desenvolvimento Tecnológico Pelos Trabalhadores De Uma Indústria Brasileira (Texto 6);</i> 6. <i>Os Princípios Unitários Na Escola Técnica Do Mst (Texto 51);</i> 7. <i>Projetos Em Disputa: Empresários, Trabalhadores E A Formação Profissional (Texto 3).</i>

Fonte: CDs da Anped 1995-2004

Poucos foram os estudos que destacam uma “contra-pedagogia da fábrica” ou uma reação à hegemonia dos *homens de negócio*. As hipóteses sobre o porquê há tão poucos estudos sobre experiências contra-hegemônicas podem ser várias, desde o enfraquecimento da perspectiva de esquerda, à institucionalização dos movimentos populares, etc. Ainda que seja difícil precisar (sobretudo previamente) o que seria uma experiência contra-hegemônica, é certo que as experiências em que o próprio trabalhador ou o educador crítico era o principal agente responsável praticamente não foram estudadas. Obviamente, não se pode esperar que as experiências contra-hegemônicas estejam mais presentes do que as hegemônicas. Sendo assim, um novo questionamento se coloca: será que o GTTE não insiste demasiadamente em fazer denúncias (ainda que necessárias) em detrimento de estudos sobre atividades, ações, propostas alternativas ao atual modelo hegemônico?

4.3 Considerações finais: a análise de um texto longitudinal e os desafios de se pesquisar em educação

A intenção maior deste capítulo foi a de ler o conjunto de textos do GTTE, numa leitura que chamamos de “texto longitudinal”, para depois, através dos elementos e das características encontradas nos textos, justificar a nossa interpretação. A possibilidade de se cometer injustiças nesse tipo de análise foi alertada desde o início, porque há o reconhecimento que nenhum dos trabalhos se resume aos trechos que apreendemos. Por conta disso, fez-se necessário tomá-los como conjunto e a partir de uma leitura longitudinal, para tentar entender o recorrente, o omitido, as escolhas, o negligenciado etc. Quer dizer, é uma leitura que toma os textos como um único texto, com continuidades e rupturas; um texto assinado por um autor institucional, o GTTE. A leitura, ainda que com seu inevitável viés, mais do que levantar virtudes, procurou formular questionamentos, para que estes pudessem encontrar ou sugerir contradições, e contribuir criticamente a um movimento de avaliação da produção do GTTE.

A produção acadêmica apresentada pelo GTTE, no período estudado, tem características bem marcantes, bem delineadas. Por isso – tendo a dialética como princípio, meio e fim – as contradições não somente foram esperadas, mas foram bem-vindas, pois a partir delas é que se conseguem novos olhares e novas reflexões sobre a realidade, que não é estática e nem compreensível de uma vez por todas. Vale trazer novamente Konder (cf. introdução): *é na prática, na realização dos nossos projetos, que checamos a justeza de nossos pensamentos e a verdade dos conhecimentos em que nos apoiamos* (KONDER, 2002, p. 261).

Foram feitas reflexões que questionam se os estudos da área de “Trabalho e Educação” não estão aprisionados a uma tradição teórico-metodológica. Uma tradição que marca a preferência pelos textos teóricos, de um lado, e pelos estudos de caso da indústria, do outro, enquanto ficam secundarizados temas como a educação básica, as análises conjunturais e panorâmicas, as propostas alternativas à escola e as políticas públicas.

Dessa forma, tentamos em nossa análise mais do que oferecer mais uma interpretação fiel de Marx, mostrar as várias possibilidades em Marx. Certamente, há interpretações que são equivocadas, porém muitas são possíveis e coerentes, mas nem por isso são unívocas. Por conta disso, muitas das escolhas do GTTE não estão presas à teoria marxista (num sentido mais lato) e sim a uma

tradição analítico-metodológica (num sentido mais estrito), talvez de seus fundadores, talvez de seus seguidores (nosso próximo estudo).

Sobre a revisão do marxismo, muito presente no texto do GTTE, vale trazer a seguinte passagem de Giannotti:

Hoje em dia costumam-se distinguir os conceitos elaborados pelo próprio Marx, ditos “marxianos”, de suas interpretações posteriores, responsáveis pelo tecido do marxismo. Convém, todavia, evitar que, graças a essa distinção verbal, alguém possa reivindicar o monopólio de uma interpretação. Prefiro abandonar de vez a pretensão de ter atingido o coração do pensamento do autor. Além do mais, como uma obra só pode tomar corpo em virtude das perguntas que levanta e encaminha, é bom preparar-se para encontrar alguma continuidade entre o que é dito “marxiano” e “marxista” (2000, p. 14).

O GTTE prestigia determinados assuntos, constituindo o que nos chamamos de “domínios consagrados” e constrói-os num movimento significativo que se volta sobre si mesmo, num movimento endógeno, ao procurar as respostas para as novas questões demandadas pela realidade nas referências teóricas peculiares e particulares ao próprio grupo. Isto não necessariamente significa mérito ou demérito. Por meio de uma analogia às avessas, pode pensar-se num grupo que se sustenta exatamente ao contrário, que se faz num movimento exógeno, no qual procura sua legitimidade nas referências externas, na novidade, no estrangeirismo, na perspectiva eurocêntrica (o que nos cadernos da própria Anped seria o que chamaram de *dispersão temática*, cf. ANPED, 2004). O problema será sempre o extremismo desses movimentos. O excesso de uma perspectiva analítica endógena ou de uma exógena possui grande possibilidade de se distanciar da realidade e de abandonar o debate mais producente⁸⁵.

O estudo da Educação Formal, da escola em si, sempre colocou problemas importantes aos pesquisadores em educação, mesmo de ordem epistemológica, no sentido da validade do conhecimento que a partir dela se produz. A escola tem sempre como pano de fundo questões como a reprodução ou não da sociedade, de ser ou não uma extensão ideológica do Estado, de ser dual, de ser voltada ou não

⁸⁵Qual o melhor observatório do mundo social: a perspectiva próxima e de “dentro” ou a perspectiva panorâmica, do alto e de “fora da cena”? O mundo pensado como um teatro: teatro reproduzindo as matizes de convivência, ou criando permanentemente novas formas de interagir? O mundo social como improvisado permanente, surpreendente e incomensurável, ou como um enredo definido pelas posições anteriormente ocupadas pelos atores, diretores, fotógrafos e cenaristas? O cenário enquadrando a cena, ou o enredo exigindo a multiplicidade de cenários? (BRANDÃO, 2002, p. 98).

ao trabalho, etc. Quer dizer, sendo uma instituição específica dentro da sociedade capitalista, há sempre questões que a antecedem, desde as mais estruturais às mais conjunturais, tanto na teoria quanto na prática.

Há uma tendência forte dos próprios pesquisadores sobre a escola de se aterem nas questões anteriores a ela, principalmente porque as questões dela podem ser menores. Kuenzer alertou sobre isso, vale retomar este pequeno trecho: *muitos de nós perderam a sua identidade de pesquisadores em educação* (KUENZER, 1998, p. 71).

Os desafios, portanto, para se pesquisar em educação são grandes, deve-se o tempo todo resistir às tentações, como a de se prender às questões anteriores à escola, e acabar não produzindo uma “teoria pedagógica” (conforme a sugestão de Arroyo, 1998); assim como a tentação, no outro extremo, de se fazer somente estudos pontuais, em que as conclusões não podem se estender. Nem tanto ao mar e nem tanto à terra.